

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
TERRITORIALIDADES**

Mama África: Ocupação urbana e disputa por visibilidade social

Pedro Ivo Mira da Silva



Niterói, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
TERRITORIALIDADES**

Mama África: Ocupação urbana e disputa por visibilidade social

Pedro Ivo Mira da Silva

Dissertação de Mestrado em Cultura e Territorialidades,
PPCULT – UFF.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz

Niterói, 2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Pedro Ivo Mira da.

Mama África: ocupação urbana e disputa por visibilidade social /
Pedro Ivo Mira da Silva. – 2015.

78 f. ; il.

Orientadora: Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz.

Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) –
Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação
Social, 2015.

Bibliografia: f. 76-78.

1. Moradia. 2. Ocupação urbana. 3. Classe trabalhadora.
4. Visibilidade social. I. Ferraz, Ana Lúcia Marques Camargo.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação
Social. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
TERRITORIALIDADES

Mama África: Ocupação urbana e disputa por visibilidade social

Pedro Ivo Mira da Silva

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (Orientadora)

Prof^a. Dra. Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto

Prof. Dr. Nilton Silva dos Santos

Dedico este trabalho a todas as guerreiras da Ocupação Mama Africa, que com suas cores e valores lutam, diariamente, por uma cidade mais humana e democrática.

À família, que sempre me incentivou e apoiou em todos os momentos, na distância e na presença. Por muitas vezes pensei que não seria capaz, mas o ombro amigo e a força de meus familiares me motivaram a prosseguir.

A toda Ocupação Mama Africa, que me acolheu em suas casas e fez de mim um lutador. Em especial, a Fernanda e Olímpia, minhas professoras da vida, mulheres fortes e criativas, que me cativam e me inspiram.

À querida orientadora Ana Lúcia Ferraz, que sempre acreditou em me potencial e incentivou minha criatividade.

Aos professores e funcionários da Universidade Federal Fluminense, por todo convívio, aprendizado e serviços prestados em toda minha formação.

Aos amigos, companheiros nas alegrias e nos momentos mais difíceis, minha grande família, que me ajudaram a suportar a saudade de Minas Gerais. Aqui incluo todos os amigos que fiz ao longo de minha graduação e do mestrado, como também os novos amigos que fiz no Vidigal, ao voltar de Minas para o Rio de Janeiro. As conversas, os desabafos, as discussões, as noitadas, os “rolês” de *skate*: toda convivência fez de mim o indivíduo que sou.

Ao *graffiti*, prática responsável por uma percepção diferenciada da cidade, uma visão de mundo e um estilo de vida.

“(...) E aí poderemos sorrir
como mulheres negras, que
apesar de todo o sofrimento
se negam a chorar.”
Dead Fish



Resumo:

A dissertação aqui apresentada vai narrar os processos pelos quais as moradoras de uma ocupação localizada próxima à região central de Niterói, Rio de Janeiro/Brasil, disputam o seu direito a permanecerem no lugar onde escolheram viver e morar. Este trabalho foi possível por compartilhar práticas de produção de imagens com as moradoras da ocupação, investindo no diálogo possibilitado pela pesquisa etnográfica. Dessa maneira pudemos, o pesquisador e as moradoras da ocupação, refletir sobre os processos atuais pelos quais se invisibiliza e marginaliza grandes parcelas da classe trabalhadora brasileira.

Palavras-Chave

Moradia; Ocupações urbanas; Classes trabalhadoras; Visibilidade; Stencil

LISTA DE IMAGENS

Foto 1: Duda, em frente a Ocupação Mama Africa. Crédito: Caroline Gatti (2013)

Foto 2: Pintura dos moradores e colaboradores da Ocupação Mama Africa (2014). Fonte: www.facebook.com/ocupacaosocioculturalmamaafrica

Foto 3: Stencil realizado na Estação Cantareira. Crédito: João Inácio Rocha (2012)

Foto 4: Stencil realizado no morro do 94 (2012).

Foto 5: Exibição do primeiro corte do material da Praça da Cantareira (2013).

Foto 6: Stencil produzido em Itajubá - MG Foto: Pedro Ivo (2015).

Foto 7: Mutirão de pintura na Ocupação Sociocultural Mama Africa (2014).
Fonte: www.facebook.com/ocupacaosocioculturalmamaafrica

Foto 8: Oficinas de *stencil* na Ocupação. (2014) Fonte: www.facebook.com/ocupacaosocioculturalmamaafrica

Foto 9: Esquina da rua General Ozório com a Passo da Pátria. Foto: Jill Maia. (2014).

Foto 10: Ana Luísa na porta do 50. Foto: www.facebook.com/OcupacaoSocioCulturalMamaAfrica. (2014).

Foto 11: Fachada da Ocupação Sociocultural Mama Africa, vista da Rua Gel. Osório. (2013).

Foto 12: Fotos de mutirões de pintura na fachada da Ocupação. Foto: www.facebook.com/OcupacaoSocioCulturalMamaAfrica. (2012).

Foto 13: Ana observando o início da pintura da fachada. Foto: Bruno Moraes. (2014)

Foto 14: Foto do mapa África-Brasil. Foto: Bruno Moraes. (2014).

Foto 15: Personagem afro pintado por Fernanda. Foto: Bruno Moraes. (2014).

Foto 16: CineCultura Mama Africa. Foto: www.facebook.com/OcupacaoSocioCulturalMamaAfrica. (2014).

Sumário

Resumo

Lista de Imagens

1. Apresentação: Visibilidade e o direito à cidade
2. Etnografia e Reflexividade: Contextualizando as possibilidades da pesquisa
3. Metodologia: A imagem como meio no diálogo etnográfico
4. Processos de reconversão urbana e a cidade das classes trabalhadoras
5. Reconversões urbanas em Niterói: Políticas públicas e a resistência dos espaços invisíveis
6. A Ocupação Mama África: Moradia, visibilidade e o direito à cidade
7. Considerações Finais
7. Bibliografia

Apresentação

Visibilidade e Direito à Cidade



Apresentação: Visibilidade e o Direito à Cidade

Narro aqui os processos pelos quais as moradoras da ocupação Mama África, localizada na região imaginada como “zona sul” da cidade de Niterói, Rio de Janeiro/Brasil, disputam o seu direito à cidade, permanecendo no local onde moram há mais de duas décadas. Sua forma de moradia disputa lugar com um processo agudo de reconversão das metrópoles brasileiras em cidades para o capital, como veremos. Penso também o problema da invisibilidade construída das comunidades¹ onde vivem grandes parcelas das classes trabalhadoras; problema que deve ser bem compreendido, uma vez que oculta a ocupação precária das grandes minorias e, por outro lado, é assumida como estratégia de auto defesa para seguir ocupando a cidade.

Este trabalho foi possível por adotar a abordagem de uma etnografia mediada por processos de produção de imagens, compartilhando as demandas e as práticas das moradoras da ocupação. Dessa maneira pudemos, o pesquisador e as moradoras da ocupação, refletir sobre os processos atuais pelos quais se marginaliza grandes parcelas da classe trabalhadora brasileira. Assim, vemos uma cidade que está em disputa, marcada por um aprofundamento da mercantilização dos espaços e das relações com a cidade, das formas de vida e intercâmbio postas à margem, igualmente expostas à formas de comércio consideradas ilegais que organizam a vida de grandes populações.

Nessa política de ocultamento e marginalização produzem-se formas de ocupação que a política higienista do Estado, que reproduz os padrões haussmannianos, pretende remover. Como disse Walter Benjamin: “Os traçados de Haussmann eram arbitrários por completo; não eram conclusões rigorosas próprias do urbanismo. Antes disso, tratava-se de medidas de ordem financeira e militar” (Benjamin, 2006). Em estudo que discute. No Rio de Janeiro, nos anos 20, o Plano Agache tinha por proposta transformar a cidade em monumento, com amplas avenidas, ruas pavimentadas e arborizadas com edificações de alto padrão. “A preocupação era o de demarcar o espaço urbano de acordo com a posição social. Os melhoramentos seriam assim destinados a atender às classes abastadas, quanto aos operários de baixa condição, afastados do centro da cidade e diante das dificuldades de moradia foram forçados a ocupar as

¹O termo “Comunidade” é usado no Rio de Janeiro para se referir de modo não pejorativo às favelas, conforme Birman (2008).

favelas” (Alves, 2013: 9). No caso de Niterói, o projeto atual da construção de grandes vias de trânsito atropela um bairro em que as pessoas vivem à pé. São políticas de limpeza de território, de remoção das camadas populares; visando a reconversão de regiões, com o investimento público que prepara o espaço urbano para o capital instalar seus projetos. Junto com o processo de revalorização territorial que ocorre nos centros urbanos, vem o movimento de desterritorialização da população da região. Os territórios que outrora eram desvalorizados pelo abandono e descaso, ocupados pelas camadas populares – trabalhadores marginalizados pelo Estado – por serem as únicas possibilidades de moradia, passam a ser “urbanizados” e “revitalizados”, enquadram-se em um padrão aceitável para os interesses do mercado.

As remodelações urbanas incutem um imaginário de cidade atrativa, preparada para receber investimentos, na mesma proporção que invisibilizam as parcelas menos atraentes da sociedade e os usos que estes fazem do meio urbano. Constitui-se uma “sociedade do espetáculo” (Debord, 2003), com seu imaginário cuidadosamente construído, manipulado, massificado e comercializado; no mesmo tempo que, em contrapartida, é restringido o direito à imagem de quem está à margem do espetáculo da reprodução capitalista.

Os sujeitos desprestigiados pelas reformas urbanísticas estão na resistência, elaborando estratégias criativas de luta para continuarem a manter seu estilo de vida dentro da cidade. Apesar da força que os joga para a invisibilidade ainda ser mais poderosa, estes sujeitos, de forma organizada, reafirmam seu direito de existir e de usufruírem da cidade. A partir de uma organização interna, aliada a uma rede de solidariedade – que inclui outros moradores e comerciantes do bairro, moradores de ocupações no morro e no asfalto, instituições religiosas locais, projetos da Universidade e outras organizações – os personagens medem forças com todas as adversidades desse processo violento e mantém a luta por visibilidade e reconhecimento.

Permanecer ocupando o território, utilizando-o da forma que lhes convém; manter seus estilos de vida e o modo como vivenciam a cidade; reafirmar seu lugar no espaço urbano: são formas de resistência diárias que os personagens da pesquisa utilizam-se nessa disputa pelo direito à cidade. Cientes da intensa disputa territorial, ora disfarçada e revestida das melhores intensões, ora arbitrária e violenta; às vezes simbólica e outras geográfica; os personagens buscam empoderarem-se de todas as maneiras que lhes auxiliem a resistir.

A intervenção urbana, principalmente a partir da prática do *stencil*², “saber fazer” que auxiliou na construção compartilhada de conhecimento (Freire, 1996), faz do momento da pesquisa um tempo de prática; pauta um modo de interação com a cidade, a partir da ação direta e da ocupação. A arte de rua atua na dicotomia entre o visível e o invisível – do dia para a noite a cidade amanhece mais colorida, entre o público e o privado, relaciona-se com políticas públicas de urbanismo, além de ser uma prática familiar aos interlocutores da pesquisa. Os recursos imagéticos – *stencil* e *graffiti*, fotografia e vídeo – mediaram o diálogo com os interlocutores da pesquisa, auxiliam na problematização do fenômeno observado, atuando no imaginário dos sujeitos.

Vivemos em um meio saturado de imagens e estímulos, que bombardeiam o indivíduo assim que ele pisa na rua (Simmel, 1903): a imagem é um campo em disputa dentro do espaço urbano. “Quem realmente desfigura nossos bairros são as empresas que rabiscam slogans gigantes em prédios e ônibus tentando fazer com que nos sintamos inadequados se não comprarmos seus produtos. Elas acreditam ter o direito de gritar sua mensagem na cara de todo mundo em qualquer superfície disponível, sem que ninguém tenha o direito de resposta” (Banksy, 2012). Assim a cidade do espetáculo cria a sua visibilidade hegemônica.

A partir de um trabalho etnográfico, realizado em conjunto com membros do Laboratório do Filme Etnográfico (ICHF – UFF), desde 2011, junto a moradores de rua da Praça da Cantareira e, posteriormente, com moradores da Ocupação Sociocultural Mama África, realizamos uma pesquisa intervindo no ambiente urbano, junto a grupos que, em suas práticas, buscam manter os seus lugares na cidade. Discussões acerca do espaço urbano tal como vivenciado pelos personagens da pesquisa, das disputas pelo direito de continuarem suas vidas da maneira que lhes convém e acerca das políticas de remoção dessa população são levantadas e problematizadas. O trabalho visa interagir com todos os personagens da pesquisa, dentre eles a própria cidade; ocupando e ressignificando o espaço urbano, trazendo os frutos dessas trocas de experiências para as ruas.

Toda a construção de conhecimento é mediada pelo uso de imagens, que auxiliam no processo dialógico. As representações imagéticas, sejam os filmes exibidos ou os *graffitis* pintados nos muros, são familiares aos interlocutores, propostos por eles ou dialogados, inspirados em nossos personagens. As imagens auxiliam na

²Grafia feita a partir de um molde vazado, no qual se aplica tinta spray, feito nas mais diversas superfícies (parede, tela, camiseta, vinil, etc.)

democratização da discussão, por ser de mais fácil interpretação que o texto escrito. Impregnar a cidade de imagens é uma forma de disputa por espaço e voz.

A pesquisa-ação (Brandão, 1988) se dispõe a atuar em conjunto com moradores de rua e de ocupações das proximidades do Campus da Universidade Federal Fluminense, campus do Gragoatá, pautada na construção compartilhada de conhecimento (Freire, 1996), a partir da troca de saberes e de experiência. Na disputa pela cidade visível, produzimos imagens com as mulheres que habitam a Ocupação Mama Africa. Nosso objetivo foi construir um processo compartilhado de reflexão sobre a cidade vivida e criada por nossas interlocutoras; afastando-nos da imagem da Universidade que se afasta da comunidade para entrar no jogo de interesses dos gerenciadores do espetáculo.

Constituir-se como imagem, nesse caso, implica assumir a disputa pela visibilidade que evidencia o problema do reconhecimento de tais grupos como sujeitos de direitos. Imagem e política aqui se aproximam de uma maneira que nos faz reconhecer as performances dos sujeitos em sua riqueza de formas. Percebemos ainda como a metodologia de um trabalho não é de modo nenhum indiferente ou secundária, ao contrário, é fundamento que faz da investigação um tempo-espaço da escuta dos processos sociais em curso desde o ponto de vista dos sujeitos que resistem constituindo-se como resistência.

O primeiro capítulo possui um caráter narrativo, no qual apresento os primeiros momentos em campo e o caminho da pesquisa que me levou à Ocupação Sociocultural Mama África. A partir de um desconforto perante a distância entre a Universidade e a comunidade, principalmente das camadas mais populares; somado a um contexto de reformas urbanísticas autoritárias e tendenciosas, iniciamos, em 2011, um trabalho etnográfico entre moradores da Praça da Cantareira, em São Domingos, Niterói – nas proximidades do campus do Gragoatá, da UFF. As experiências e os laços estabelecidos, e uma feliz sucessão de acasos, levaram meus olhares às cores da Ocupação Mama Africa.

Já no segundo capítulo, é exposta a construção do método: um “improvisado” a partir da adaptação de recursos metodológicos consagrados da Antropologia Urbana e Visual, com a prática do *stencil* e os saberes e experiências das personagens da pesquisa. Leituras acerca do trabalho etnográfico em centros urbanos, da relação pesquisador-personagem e pesquisador-campo, auxiliaram no processo de inserção da

pesquisa etnográfica; na medida que a utilização de imagens facilitou no diálogo e na construção compartilhada do conhecimento (Freire, 1996). A intervenção visual, seja na forma dos *stencils* ou das projeções de filmes, trouxe a prática de pesquisa mais próxima da ocupação. O improvisado é inspirado nas estratégias criativas de resistência dos moradores da Cantareira e da ocupação Mama Africa, que lutam diariamente, adaptando-se e reagindo aos processos urbanísticos excludentes que se impõem a eles. O texto etnográfico segue a fluidez do percurso da pesquisa, foi construído a partir da soma dos conhecimentos adquiridos na Universidade, da linguagem artística e visual característica da prática da arte urbana e dos ensinamentos que as ruas de São Domingos e os moradores do bairro, principalmente da Ocupação, passaram ao longo do trabalho etnográfico.

Posteriormente, é feito um recorte histórico sobre os projetos e reformas urbanísticas realizadas em Niterói, principalmente na região central, a fim de evidenciar o jogo de interesses por trás de projetos urbanísticos e modelos de cidade, de acordo com o contexto histórico e social. Tais projetos ignoram as populações locais e, na maior parte das vezes, representam interesses que estão afastados das questões sociais que envolvem o local, voltados para o lucro de uma minoria de privilegiados. Ao longo de todo o processo de formação da cidade de Niterói, dos projetos do século XIX ao ícone da cidade para o turismo, o Museu de Arte Contemporânea - MAC, projetado por Oscar Niemeyer –, a população carente tem seu direito à cidade negligenciado; o que os faz agir na construção de formas particulares de organização.

Aqui, já nos vemos dentro da Ocupação Sociocultural Mama África: os casarões, as meninas, suas cores e lutas. Os trabalhos com imagens – oficinas de fotografia e *stencil* e exibição de filmes –, os mutirões de pintura e reforma, as trocas de saberes e experiências e as discussões sobre a vida na cidade de Niterói iniciaram-se em maio de 2013 e acontecem até hoje, seguindo o fluxo e os períodos de organização da Ocupação e da pesquisa. Neste quarto capítulo, a experiência etnográfica é compartilhada com as mulheres da Mama Africa, frequentadores da Ocupação, frequentadores do bairro – moradores antigos, estudantes, moradores de outras ocupações e comunidades, policiais – de maneira próxima e intensa, do ponto de vista de um pesquisador morador do bairro e grafiteiro que interage com as ruas da região de uma forma próxima aos interlocutores.

2. Etnografia e Reflexividade: Contextualizando os caminhos da pesquisa



Etnografia e Reflexividade: Contextualizando os caminhos da pesquisa

O trabalho etnográfico iniciou-se em meados de 2011, a partir do meu incômodo perante a distância observada entre a academia e a vida fora dos muros da universidade. Estava nos últimos períodos do curso de graduação em Ciências Sociais, repleto de inquietações e já pensando no trabalho monográfico que vinha pela frente. Sempre observava o quanto o ambiente no entorno do campus do Gragoatá era diverso e instigante, rico em questões que poderiam ser exploradas a partir dos referenciais do pensamento antropológico. Em um mesmo lugar convivem lembranças de um passado imperial e a dinâmica vida universitária; moradores antigos do bairro e moradores de rua e de ocupações, que ocupam posições fragilizadas pela disputa territorial urbana. Porém, poucas ações no sentido de compreender os fenômenos sociais ocorridos nas ruas de São Domingos eram realizadas, o ambiente era apenas local de passagem ou de entretenimento.

Para piorar esse quadro, por volta de setembro de 2011, um projeto de obra que muito iria afetar o dia a dia do campus e da região foi imposto pela prefeitura de Niterói, e acatado pela reitoria: duas grandes vias, a Via Orla e a Via 100, seriam abertas, sendo que a primeira cortaria toda a orla do campus do Gragoatá e a segunda passaria em frente à entrada principal. O projeto serviria como uma compensação devido à expansão ocorrida na UFF, a partir do Reuni. A prefeitura de Niterói alegava que o aumento no número de alunos iria acarretar problemas viários para a região e que a abertura das duas grandes vias desafogaria o trânsito nos bairros do Ingá, Icaraí e São Francisco (Terra *et all*, 2012). Tal projeto, imposto sem nenhum diálogo prévio, fato que já o deslegitimava por completo, ainda continha uma série de medidas imprudentes: não dava a devida importância aos impactos ambientais que tais obras acarretariam na já degradada orla da Baía da Guanabara; não problematizava os transtornos que iriam ocorrer no campus, como o ruído durante as aulas devido ao grande fluxo de automóveis e os impactos que a Via 100 acarretaria na Creche da UFF. Os impactos das obras nas proximidades do campus do Gragoatá ainda eram mais graves, pois a abertura da Via 100 implicaria no desalojamento de dezenas de famílias da Rua Projetada, uma rua sem saída que se localiza em frente ao muro construído para separar o campus do

bairro. Trata-se de casas invisibilizadas pelo traçado urbano, onde habitam trabalhadores.

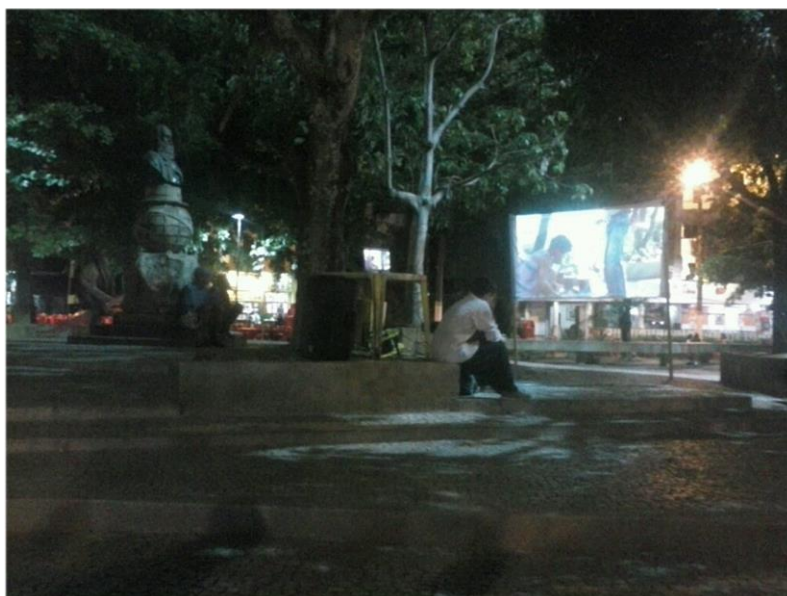
Durante as atividades da disciplina Antropologia da Performance, ministrada pela Prof. Dra. Ana Lúcia Ferraz, em um contexto de protestos e reitoria ocupada, foram pensados “passeios sociológicos” (Wacquant, 2002) no entorno do campus para um primeiro contato; um mapeamento, mesmo que superficial, do território e dos sujeitos que interagem com o meio urbano. Já num primeiro momento, pudemos observar um território bastante heterogêneo, com uma pluralidade enorme de atores sociais que dão diferentes significados a espaços comuns à vida universitária do Gragoatá. Porém, aos olhos da reitoria e do poder público, pouco importava a pluralidade de sentidos e significados atribuídos pela diversidade de sujeitos: as vias eram necessárias, pois o “progresso” pedia passagem e a cidade tal como idealizada pelo capital não comporta as diversidades. Frente a tamanha arbitrariedade senti a necessidade de “(...) tornar a Antropologia capaz de responder aos problemas que enxergava a meu redor” (Mise *et all*, 2012:339) e pautar minha atuação acadêmica na construção de relações compreensivas com a parcela da população calada e invisibilizada pela lógica de tais projetos.

Os nossos passeios nos levaram à Praça da Cantareira (Praça Leoni Ramos), território que chamou a atenção de início, pois trata-se de um ponto de encontro de universitários, moradores das mais diversas áreas de Niterói, trabalhadores e moradores de rua. A praça encontra-se entre as ruas General Osório e Alexandre Moura, próxima ao campus do Gragoatá, no bairro de São Domingos. Na sua frente está o prédio da Estação Cantareira, antigo estaleiro das barcas. Nas proximidades da Praça Leoni Ramos, existe uma série de serviços voltados para o entretenimento como bares e restaurantes. O local é bastante frequentado por alunos da Universidade Federal Fluminense e por demais moradores da região e de Niterói – as quintas são os dias com maior número de pessoas na praça. Além dos personagens já citados acima, nos arredores existem algumas ocupações de casarões e morros, onde moram trabalhadores que frequentam a praça.

A Praça da Cantareira foi percebida como local estratégico de observação, pois nela encontravam-se diversos setores sociais que estavam envolvidos na disputa entre a cidade vivida e a projetada pelos planejadores (Certeau, 1994; Lefebvre, 1995), antagonismo que vínhamos vivendo no campus. Sentimos que a Praça poderia ser utilizada como ponto de escuta de experiências diversas. Depois de algumas tentativas

frustradas, nos aproximamos de uma habitante da Praça, que fazia seu almoço entre os bancos e canteiros e cuidava de seu filho que brincava no escorregador. Em decorrência do encontro, iniciamos uma etnografia junto a alguns moradores da Cantareira: foi feita uma doação de alimentos para o almoço que foi filmado e o material encontra-se em processo de preparação, compondo o projeto Cartografias da margem, realizado pelo Laboratório do Filme Etnográfico (ICHF – UFF).

Um primeiro produto foi retornado aos moradores da praça, em uma noite de “Cinema na Cantareira”. A atividade envolveu diversos colaboradores do Laboratório e da Praça: esticamos um grande tecido branco de uma árvore até um mastro de madeira improvisado e ligamos todos os aparelhos eletrônicos em um “gato” que um dos ambulantes ensinou a fazer; e assim, num improviso longamente estudado – tão familiar de nossos personagens – a Praça parou, por alguns minutos, para se ver projetada no tecido branco. Com a ocupação do espaço e a reconfiguração da Praça, que se deu na forma de exibição do vídeo, pudemos mostrar a invisibilizada resistência dos indivíduos frente aos projetos de higienização urbana. O primeiro trabalho foi reconhecer a legitimidade das práticas cotidianas dos moradores da Cantareira. Apesar das inúmeras tentativas de remoção dessa população da praça, eles resistem ali noite e dia. Nosso trabalho foi dar a ver a existência dessa população e de seus modos de (r)existência.



Muitos outros trabalhos a respeito dessa parcela da população urbana já foram realizados e os pesquisadores demonstram uma preocupação conceitual de como se referirem a estes sujeitos. No caso da Cantareira, como alguns dos personagens moram

nos bancos da praça há mais de vinte anos, contrariando a leitura do “nomadismo” (Magni, 1998), característica dos “indivíduos em situação de rua” (Silva, 2010), preferimos nomeá-los como *habitantes da Cantareira*, que optam por permanecer a maior parte do tempo na praça: lá eles dormem, comem, conseguem dinheiro – seja com algum trabalho temporário ou pedindo; ressignificam por completo o espaço da Praça e problematizam conceitos como *público* e *privado*. Um canto da praça torna-se quarto, onde são recebidos os mais próximos, nos bancos-camas; a estátua de Dom João VI e os canteiros próximos configuram a região da cozinha, por ser mais fácil montar o fogão à lenha ali e ter um bom espaço para preparar a comida. Uma casa invisível, sem teto, sem nada, configurada em um espaço público de uma região central de Niterói. No dia da filmagem do almoço, foi preparado um frango, com arroz e legumes; enquanto a comida não está pronta, alguns esperam na sala, nos bancos-sofá, em frente ao quarto-banco.

A *participação observante* (Wacquant, 2002) foi fundamental na relação com os interlocutores: ao ajudar a juntar lenha para acender o fogo, catar papel e material reciclável, tomar cachaça e vivenciar suas rotinas, tornávamo-nos cada vez mais próximos de alguns moradores da Praça. Isso muito me auxiliava na pesquisa e fazia me sentir cada vez mais à vontade em campo, ajudando e sendo ajudado, compartilhando saberes e experiências com os habitantes da Praça. Às vezes, me sentia muito invasivo em campo: criávamos um momento totalmente estranho na vida dos habitantes da praça, invadíamos sua casa com câmeras e perguntas e estes muitas vezes encontravam-se imersos em suas atividades diárias, sem esperar tamanha intromissão. Interagir ajudando, fazendo junto com meus interlocutores, foi uma forma de sentir-me útil em campo e de me aproximar com mais facilidade.

A partir da experiência etnográfica na Praça da Cantareira e do convívio e da troca com os seus personagens, as questões relativas à vida na cidade, os jogos de interesses que armam os projetos urbanísticos e a silenciada disputa entre a cidade projetada e a cidade vivida fervilharam em minha cabeça. Além de auxiliar em minha monografia, essa primeira experiência em campo foi fundamental para meu desenvolvimento como pesquisador. O campo permitiu confrontar todo o arcabouço teórico desenvolvido ao longo do curso com as vivências e as experiências compartilhadas na Praça; fazer dialogar o método etnográfico com o dia-a-dia das ruas de São Domingos, a teoria – muitas vezes fria – com a sensível e dinâmica vida urbana. Com o trabalho de campo junto aos moradores da Praça pude observar a cidade em

disputa, os movimentos contínuos de territorialização e desterritorialização das camadas populares da sociedade e os jogos de interesse que perpassam a construção de um imaginário de cidade.

Os projetos de cidade empurravam os indivíduos para outros espaços urbanos, a fim de higienizar as áreas mais centrais da cidade que serão valorizadas e entregues ao capital privado. Resta aos removidos migrarem para outros espaços que não são valorizados no momento. O processo parece indicar a tendência à chamada “remoção branca” (Maricato, 1995). A ideia de *fluxo* mostrou-se bastante útil na compreensão das relações dos habitantes da Praça, tanto destes com a cidade em si, como com o restante da população que nela habita. O constante movimento, a dinâmica, é fundamental para compreendermos a vida dos habitantes da Cantareira. Estes estão sempre atrás de trabalhos pontuais que o modo de vida urbano, a manutenção de sua situação, lhes permite. Existe o movimento atrás de doações e caridade e também para fugirem da repressão do Estado em ações de “ordenamento”, frequentes na Praça. O número de habitantes da Cantareira é bem variável, visto que alguns indivíduos “somem”, viajam, vão para abrigos, adotam estratégias de constante movimento para garantirem sua subsistência; e sempre tem gente nova na Praça. Muitas vezes os personagens têm que seguir o movimento das transformações urbanas, dos projetos de cidade idealizados pelo poder público e empresários – principalmente do transporte coletivo e da especulação imobiliária – e respaldado por uma parcela de privilegiados da população da cidade. Os habitantes da Praça estão imersos em um contínuo processo de *reterritorialização*, processo este que pode ser interpretado como uma disputa pelo direito à cidade, de vivê-la como lhes convém.

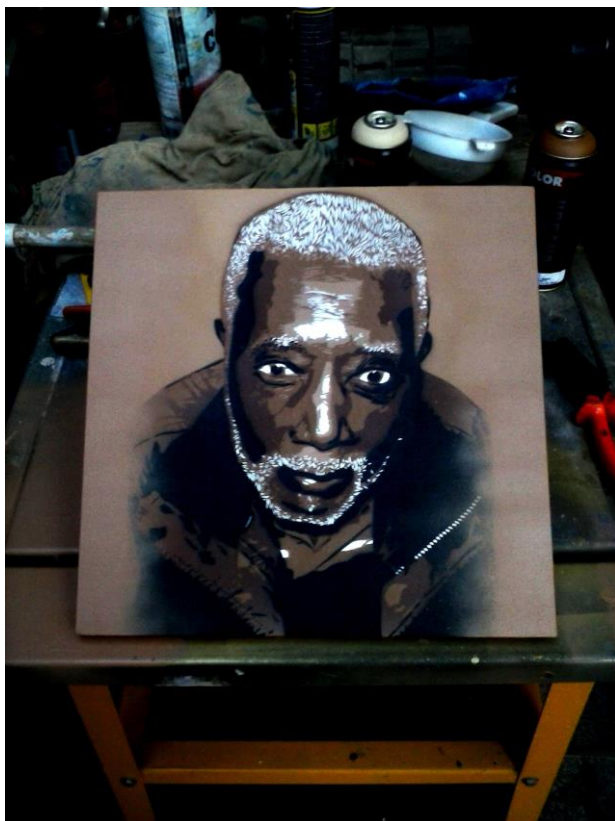
Nesse constante movimento os moradores da Praça relacionam-se em diversas redes de sociabilidade e solidariedade. A partir de conversas com meus interlocutores fomos apresentados a uma grande rede que reunia moradores de morros e ocupações “no asfalto”, instituições comerciais e religiosas e outros moradores dos bairros próximos à praça. Os fluxos da praça nos levaram à Ocupação Sociocultural Mama África – explico, alguns de nossos interlocutores da Praça mantinham um cômodo em uma das ocupações próximas ao Mama África, onde guardavam seus pertences e se abrigavam em dias de chuva forte.

Em um encontro de Arquitetura na UFF, a professora Ana Lúcia Ferraz conheceu Fernanda Carlinda, moradora militante da Ocupação Mama Africa, participando de uma mesa de discussão sobre o problema da moradia na metrópole do

Rio de Janeiro, expondo suas ideias de atividades para a Ocupação. Em um domingo de dia das mães, no ano de 2013, fomos até a casa de Fernanda e iniciamos o diálogo com a Ocupação Mama África, local onde, desde então, venho desenvolvendo atividades culturais em conjunto com os moradores: mutirão de pintura, oficinas de *stencil* e exibição de filmes; para auxiliar na compreensão de como eles veem o seu direito à cidade.

Mesmo sendo vizinho da Ocupação, ao adentrar no espaço, uma infinidade de cores, cheiros, sons e imagens, que nunca havia percebido, invadiram-me. Pude notar o quão distante me encontrava de uma realidade fisicamente tão próxima a mim, e de como a disputa pelo território da cidade se dá, muitas vezes de formas silenciosas, invisíveis para alguns. Uma segregação (in)consciente é construída, a cidade encontra-se repartida em territórios, cujo o acesso é restrito, seja por grades, distância social ou medo.

2.1 Distância, distanciamento e auto reflexividade



Em agosto de 2014, ao término das disciplinas do mestrado, devido ao alto custo de vida em Niterói – aluguel, contas da república e alimentação, conseqüentes de uma insuficiente assistência estudantil – retornei para casa, em Itajubá, Minas Gerais, para dar procedimento ao trabalho de escrita de lá. Já havia vivenciado diversos momentos da Ocupação e acreditava que o material de campo que tinha, mais o sossego do lar, seriam suficientes para continuar a produção textual. Porém, a distância do campo e do universo acadêmico acabaram desviando meus interesses e o trabalho foi prejudicado.

Os esforços foram voltados para as novas necessidades que o momento me impunha: conseguir um emprego e desenvolver a ideia de uma marca para divulgar minha produção em *graffiti/stencil*. O capitalismo impõe que cada obra se constitua como espetáculo para circular no mundo em que tudo é feito mercadoria. O primeiro esforço não rendeu o desejado, pois as oportunidades eram restritas. Experimentar competir no mercado faz perceber a inviabilidade do princípio liberal em que o esforço contínuo será premiado como sucesso material. Nessa mesma lógica das finanças, para

um bacharel em Ciências Sociais, o mestrado também é vislumbrado como uma possibilidade econômica, visto que o valor da bolsa foi bem maior que as que um graduando recebe; logo, fazer o mestrado todo sem um auxílio não estava nos meus planos. A situação da política de incentivo à pesquisa universitária sofreu cortes e também está em risco no contexto de implementação da ordem neoliberal a todo custo.

Meu retorno para Minas Gerais potencializou a produção artística, à medida que me afastava da produção acadêmica. Comecei a dedicar a maior parte do meu tempo no desenvolvimento da técnica do *stencil* e na produção, divulgação e circulação dos materiais: as leituras e a escrita já não eram tão constantes, quanto os papéis picados no chão e o cheiro de spray no ar. A inserção no *graffiti* possibilitou uma circulação no circuito local – feiras de artesanato, sarais, eventos de música e arte urbana. Acabei atuando a partir do fluxo que atividades que eram possíveis, numa estratégia do improvisado, que aprendi na Praça da Cantareira e na Ocupação Mama Africa. Em junho de 2015, retornei para Niterói para finalizar a escrita da tese, pois assim ficaria mais envolvido com o trabalho. Assim que cheguei, e encontrei alguns moradores da Ocupação conversando na calçada em frente à Mama Africa. Em pouco tempo, já fiquei sabendo de muitas coisas que aconteceram em minha ausência, do decorrer da disputa jurídica com a prefeitura, das relações com outros moradores do bairro, de novos projetos, de fatos engraçados, em uma semana obtive informações que dariam novos argumentos para uma tese!

Nessa volta a Niterói, devido aos altos preços de aluguel, vim morar no Morro do Vidigal, no Rio de Janeiro. Por uma ironia do acaso, me instalei em uma favela carioca que há anos vem passando por um processo de urbanização que acaba expulsando os moradores locais e atraindo indivíduos da classe média e estrangeiros que se encantam com a “arquitetura do improvisado”, a vida em uma comunidade e, principalmente, os baixos custos – se comparados com o padrão de vida dos bairros considerados nobres do Leblon e Ipanema, próximos ao morro. Com a “urbanização” e “pacificação” das favelas do Rio de Janeiro vieram as contas, o aumento dos preços de mercadorias e serviços e poucos investimentos públicos, além dos policiais, visando ao mesmo tempo que expandir o controle, possibilitar uma maior arrecadação dos moradores locais. Esboço aqui uma espécie de auto etnografia (Okely, 1992), uma vez que não estou fora dos processos sociais, e eles são reveladores das relações estabelecidas e das posições que ocupamos.

3. Metodologia: A imagem como meio no diálogo etnográfico



Metodologia: A imagem como meio no diálogo etnográfico

O método de trabalho foi sendo construído ao longo da pesquisa, mediado pela experiência etnográfica, a partir das especificidades do campo e da colaboração dos interlocutores; contei com os estudos teóricos e as atividades de capacitação técnica promovidas pelo Laboratório do Filme Etnográfico e as práticas de *graffiti* e *stencil* que conhecia antes mesmo de entrar na graduação. A estratégia do imprevisto, tão comum entre os personagens da etnografia, foi de muita valia ao longo da construção do método, que, cuidadosamente, foi sendo idealizado, projetado, desenhado e colorido em conjunto com os demais pesquisadores do Laboratório, com os moradores da Cantareira e da Ocupação Mama África.

A metodologia foi sendo construída ao longo da pesquisa, seguindo a dinâmica do trabalho, a partir de estratégias comuns aos interlocutores, especificidades do campo, dos saberes teóricos adquiridos ao longo de minha formação e saberes prévios. Um método de pesquisa ele deve interagir com o campo e os interlocutores, fluir com a temporalidade do trabalho e ser maleável e adaptável às especificidades da pesquisa.

As estratégias de subsistência dos moradores da Cantareira e da Ocupação envolvem que os sujeitos façam de tudo um pouco para continuarem suas vidas nessa região da cidade e suprirem suas necessidades. De empregos pontuais a coleta de material reciclável; da produção de artesanatos a trabalhos domésticos: uma mescla de saberes e práticas são necessários para a manutenção dos interlocutores em suas moradias. As ruas de São Domingos e a Ocupação Mama Africa trazem características peculiares. São Domingos foi um dos primeiros territórios urbanizados da cidade de Niterói, repleto de casarões construídos no final do século XIX, misturados a novas construções, estabelecimentos voltados para o lazer como bares e restaurantes, igrejas, campus universitários, prédios e casas de moradores antigos do bairro, junto a repúblicas de estudantes, moradores de ocupações urbanas e moradores de rua. Dentre as ocupações estabelecidas no bairro encontra-se a Ocupação Mama Africa, que carrega uma forte identidade de mulheres negras, mães solteiras e “filhas do Estado”, que resistem a fim de se manterem em seu território, contra o assédio da especulação imobiliária. A afirmação e a luta por visibilidade são importantes estratégias utilizadas para reafirmarem seus direitos sob a moradia e a posse do território.

O método etnográfico encontra-se aliado as características do campo e as especificidades dos interlocutores. Estudos clássicos da Antropologia, somados a

leituras sobre Antropologia Urbana e Visual auxiliaram-me em minhas andanças pelas ruas de São Domingos. A teoria ajudava a direcionar o olhar para determinados pontos do território, filtrar as escutas, afinar as sensações, de uma forma reflexiva e crítica. A relação pesquisador/interlocutores, a maneira de se portar em campo, os questionamentos, tudo passou por uma grande reflexão teórica, aliada à prática etnográfica. O uso de imagens foi fundamental no trabalho, na luta por afirmação dos personagens, tanto na projeção na Praça da Cantareira, quanto nas pinturas na Ocupação Mama África.

O projeto sempre foi pensado sob os pressupostos metodológicos da Antropologia Visual, a partir da produção de narrativas e da apropriação da imagem como instrumento na produção de olhares sobre os temas da cidade em disputa, a saber, invisibilidade social e intervenção urbana, a este respeito discutia com as moradoras da Ocupação Mama Africa. Nessa área, cabe citar os experimentos de produção de imagens com moradores de favelas no Rio de Janeiro que já haviam sido iniciados por Ana Galano, na década de 80, que formou um núcleo de estudos em Antropologia Visual no IFCS/UFRJ a partir da prática da etnografia mediada pela produção de imagens fotográficas em bairros populares. Nos trabalhos dos alunos de Galano, em comunidades do Rio, as imagens possibilitavam uma discussão mais democrática entre pesquisadores e seus interlocutores, trazia o momento de construção compartilhada de conhecimento (Freire, 1996) para a prática fotográfica e ainda servia como elo de confiança entre os alunos e os moradores das favelas, visto que estes sempre eram retribuídos com as fotos pelas informações obtidas e experiências trocadas.

Nos processos de produção de imagens, compartilho com os sujeitos estudados a produção de narrativas sobre a cidade, de pontos de vista sobre o espaço urbano. Através dessa metodologia, levanto relatos acerca de sociabilidade e fluxos na metrópole carioca. Desde os primeiros contatos com nossos parceiros de pesquisa trabalho sob a ótica de uma *Antropologia Compartilhada* (Hikiji, 2012), valorizando a experiência particular de meus interlocutores, assim como a temporalidade específica e suas relações sociais; para que em conjunto com o arcabouço teórico da equipe e o aparato técnico disponível, possamos intervir em suas realidades compartilhando a construção de um olhar crítico e questionador sobre o conflito vivido no espaço urbano.

A produção de imagens, principalmente a partir das pinturas, *stencils* e filmes, possibilita um diálogo partindo de referenciais próximos aos interlocutores. A imagem democratiza a discussão, visto que possibilita uma interpretação mais fácil e fluida do

que a linguagem escrita. A partir da produção conjunta de imagens nas paredes da Ocupação e das sessões de filmes, compartilho minhas percepções e experiências com as de meus interlocutores, a fim de sintetizar um discurso polifônico acerca das questões centrais da pesquisa.

A realização de oficinas de produção de imagens possibilita a capacitação dos sujeitos estudados a fim de que estes participem de maneira efetiva de todo o processo criativo, produzindo grafite, fotografia e vídeo; revelando a cidade em que eles vivem, ocultada pelo projeto de urbanização hegemônico. As oficinas auxiliam meus interlocutores na produção de suas próprias imagens, constroem um ambiente propício a interações e acabam nos aproximando. A partir da pintura da fachada do Mama Africa me aproximei da comunidade e passei a partilhar um tempo de seus dias. De princípio, escondido atrás dos sprays e pinceis, permanecia horas próximo aos moradores ouvindo suas histórias. Com o tempo, passei a pintar o lado de dentro da ocupação, suas portas e entrar um pouco mais em suas vidas.

A construção de conhecimento no pensamento antropológico, sobretudo em uma orientação a partir da antropologia urbana, coloca o pesquisador como personagem de sua etnografia, pois este se encontra imerso na realidade social que observa e experimenta, muitas vezes faz parte da rede relacional de seus interlocutores: é afetado pelo campo (Favret-Saada, 2005). Inspirado no trabalho de Loic Wacquant, venho realizando uma “antropologia de corpo e alma” em conjunto com os moradores do Mama África e com os demais pesquisadores do Laboratório do Filme Etnográfico. Neste momento, remeto-me ao pesquisador francês e sua obra *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Em “passeios sociológicos” pelas proximidades da Universidade de Chicago, Wacquant buscava um ponto de observação que possibilitasse a compreensão da realidade cotidiana do gueto negro, ponto este que lhe permitiria um olhar “de dentro” (Magnani, 2002). Segundo o pesquisador francês, muitos trabalhos científicos que abordavam o gueto e seus personagens reafirmavam a diferença e a distância entre o universo acadêmico e o das classes populares. Tais passeios possibilitavam uma compreensão mais próxima da realidade social que pretendia pesquisar, um mapeamento do território e das relações que os atores sociais estabelecem com e no espaço. A partir da indicação de um amigo judoca, matriculou-se no gym da Rua 63 do bairro negro de Woodlawn, somente a dois blocos dos alojamentos da Universidade, “mas situado em outro planeta” (Wacquant, 2002).

Pautado no “estar lá” da *observação participante*, método consagrado na produção de conhecimento e ideia com carga valorativa extremamente grande no trabalho do antropólogo (Oliveira, 1998), Wacquant experimentou a “participação observante” (Wacquant, 2002), na qual o observador também assume o papel de experimentador, a experimentação torna-se um meio a serviço da observação (Vilella, 2002). O autor se joga no campo de corpo, alma e intelecto: remodela seu corpo através das práticas disciplinares do boxe, assimila “as categorias de julgamento dos pugilistas” (Wacquant, 2002) e orienta suas questões a partir da prática. Sob a óptica da “participação observante” o corpo torna-se instrumento de investigação e vetor de conhecimento (Wacquant, 2002) e tal conhecimento é construído ao longo do processo, na prática. A participação toma a frente da observação, o pesquisador interage com o campo, sua a camisa nos treinos, gasta o sapato nas noites no clube, socializa com os pugilistas e suas famílias: vivencia o campo junto com seus interlocutores. A partir das impressões apreendidas em campo, sistematizadas em seu diário, o pesquisador confronta toda experiência etnográfica com as teorias sociais no momento do “estar aqui” (Oliveira, 1998), para produzir um conhecimento de síntese entre teoria-prática-teoria.

A reflexividade que o pensamento antropológico possibilita a relação de troca e a construção coletiva – pesquisador, equipe, interlocutores – é, sem dúvida, a maior riqueza desse campo do saber científico. O modo como o processo de produção de conhecimento se dá no trabalho de campo, a partir do diálogo e da troca de experiências, permite a elaboração de uma teoria viva, próxima dos fenômenos sociais, com uma maior possibilidade de intervir de fato no meio.

3.1. A prática do *stencil* como instrumento na pesquisa etnográfica



Faço *graffiti* e *stencil* desde meados de 2007, antes mesmo de entrar na graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Fluminense. De início, a prática surgiu como um desdobramento de meu interesse por desenhos e pinturas. Um dia, caminhando pelas ruas de Pouso Alto, cidade de pouco mais de 7 mil habitantes, no sul de Minas Gerais, observei grafismos escritos em alguns muros. Aquilo foi um choque, pois nunca havia visto nada parecido na cidade. Dias depois, resolvi pegar um *nugget* – tinta utilizada para engraxar sapatos – e sair espalhando uma assinatura que havia elaborado nos cadernos da escola. A partir desse primeiro contato, no ano de 2003, comecei a me interessar cada vez mais pela prática – ainda muito ligado a pichação. Em 2007, depois de ter rabiscado muitos muros, já morando em Itajubá, cidade maior e com mais influências dos grandes centros urbanos, principalmente do Vale do Paraíba paulista, comecei a fazer *stencil* com a ajuda de amigos e a pintar as ruas.

A ideia de poder se expressar nos muros da cidade, disponibilizando à todos sua criação, foi o que mais me motivou a transferir meus desenhos dos cadernos de

matemática e física para as ruas de Itajubá. O *graffiti* era como um grito de um indivíduo calmo e pacato, mas com um turbilhão de ideias e sentimentos que eram oprimidos pela família e pela a sociedade homogeneizadora. Guardar o dinheiro do lanche da semana, comprar umas latas de spray mentindo a idade para o vendedor e sair à noite escondido dos pais para pintar era um momento de plena libertação – e no outro dia passar pelos mesmos lugares para ver o resultado do trabalho uma sensação de dever cumprido.

“Ao contrário do que dizem por aí, o grafite não é a mais baixa forma de arte. Embora seja necessário se esgueirar pela noite e mentir para a mãe, grafitar é, na verdade, uma das mais honestas formas de arte disponíveis. Não existe elitismo ou badalação, o grafite fica exposto nos melhores muros e paredes que a cidade tem a oferecer e ninguém fica de fora por causa do preço do ingresso. (...) As pessoas que mandam na cidade não entendem o grafite porque acham que nada tem o direito de existir se não gerar lucro, o que torna a opinião delas desprezível.” (Banksy, 2012).

Uma estética negra forma o gosto e também uma leitura do mundo. Por escutar muito *reggae* e *black music*, minha produção artística foi bastante influenciada por estes gêneros musicais – meu primeiro *stencil* foi uma imagem de Bob Marley, seguida por um *black panther*. Logo, em 2009, ao observar a primeira pintura da fachada da Ocupação Mama África, carregada de elementos da cultura negra e do *reggae music*, minha identificação foi imediata. Apesar de todas as minhas diferenças com os personagens da pesquisa – social, econômica, geográfica, etc. – a estética e as inclinações que conduziram os interlocutores àquela produção artística foram laços mais fortes que auxiliaram o desenvolver do trabalho etnográfico.

Junto das teorias antropológicas e da *participação observante* (Wacquant, 2002), a prática do *stencil* foi fundamental para a construção do método de pesquisa. Este saber-fazer foi compartilhado com os personagens da pesquisa, a produção de imagens discutida e problematizada, trazendo o momento da construção de conhecimento para a prática do *graffiti* – atividade que desde dos seus primórdios encontra-se imersa em questões sociais relacionadas à vida em grandes centros urbanos.

A prática do *graffiti* nos grandes centros urbanos brasileiros, segundo Marcelo Mesquita e Guilherme Valiengo, diretores do filme “Cidade Cinza” (2013), deve ser interpretada como uma resposta aos estímulos impostos por um estilo de vida em uma metrópole caótica. No princípio, “Cidade Cinza” era para ser um documentário sobre a mundialmente famosa cena do *graffiti* em São Paulo. Porém, durante o período que

seria destinado para as gravações, grafiteiros paulistas consagrados como “Os Gêmeos”, “Nunca” e “Nina” estava grafitando fora do país. Neste mesmo período, os diretores perceberam que alguns *graffitis* estavam sendo apagados – até mesmo as obras desses grafiteiros extremamente valorizados nos Estados Unidos e na Europa, chamados para expor em museus e pintar castelos – e resolveram investigar. A partir desses fatos, o filme passou a documentar quem apagava os *graffitis*: funcionários da prefeitura de São Paulo, cumprindo a lei “Cidade Limpa”, decretada no início do mandato do prefeito Gilberto Kassab, em 1 de janeiro de 2007. Durante todo o ano de 2007 e grande parte de 2008, os diretores Marcelo e Guilherme acompanharam os funcionários responsáveis por apagarem os *graffitis*: os “curadores da rua”, que recebiam a ordem de “apagar tudo que é feio” e faziam esse julgamento circulando pelas ruas de São Paulo. No ano de 2008, um grande mural feito em parceria de “Os Gêmeos”, “Nunca” e “Nina” e um *graffiti* de “Nunca” – realizado em 2005, em parceria com o SESC, com permissão da prefeitura – foram apagados, fato que gerou uma grande mobilização entre artistas e simpatizantes. Em nota, a prefeitura de São Paulo alegou que os funcionários contratados não sabiam julgar o que era uma obra de arte de valor e cometiam esse tipo de erro.

No filme, os grafiteiros e funcionários da prefeitura que apagavam os *graffitis*, segundo os diretores de “Cidade Cinza”, dividem o protagonismo do filme com a cidade de São Paulo. Os *graffitis* eram repostas para o estilo de cidade que estava sendo construído e o apagamento era a reafirmação do ideal que seria seguido e imposto aos paulistanos. “São Paulo é uma selva de concreto, só prédio, prédio, prédio... quanto mais prédio, menos árvores. Então temos que escapar”, diz Gustavo Pandolfo, de “Os Gêmeos”, em “Cidade Cinza” (2013).

Sob o ponto de vista da cidade e das políticas públicas oferecidas para seus cidadãos, julgamentos sobre o que é arte ou não, o que é bonito ou não é, são menores perante a função social do *graffiti*. Esta forma expressiva é uma voz de denúncia em uma cidade sem educação, saúde, segurança, moradia e lazer para uma grande parcela da população, que deveria ser escutada e interpretada, e não apagada. Os muros dão valiosas dicas para a elaboração de políticas públicas que atingiriam uma delicada parcela da população da cidade, mas o sistema só enxerga o lucro e invisibiliza o que não lhe é interessante.

Compreendendo a função social do *graffiti* e das práticas já realizadas pela Ocupação, como as pinturas murais, o trabalho de produção de imagens buscou

problematizar relações que muitas vezes são naturalizadas no dia-a-dia do bairro de São Domingos. O *graffiti*, assim como uma ocupação de um imóvel abandonado, transgride a dicotomia público vs privado, questiona o direito à propriedade e tudo isso assusta o sistema e seus adoradores. As pinturas na fachada também podem ser observadas sob a ótica da territorialização, da demarcação do espaço e afirmação de identidade da Ocupação Mama Africa. Temas referentes ao “orgulho negro” e um discurso de paz são comuns nas paredes de um espaço marcado pela estigmatização e por relações violentas com o tráfico e a polícia. Ambas as práticas, da grafiteagem e da ocupação, trazem muito elementos em comum e vão de encontro a princípios que nos são impostos na vida em um grande centro urbano.

A utilização deste recurso imagético auxiliou no trabalho etnográfico, na medida que o momento de elaboração e construção das pinturas foi compartilhado entre os membros do Laboratório do Filme Etnográfico e os personagens da pesquisa, aproximando-nos de nossos interlocutores; e, principalmente, pelo fato da imagem democratizar a discussão: todos davam ideias de que seria pintado, ajudavam no momento da pintura e discutiam o significado da imagem no contexto da Ocupação na cidade de Niterói.

Além de um meio de estabelecer o diálogo etnográfico, nessa pesquisa, o grafite foi uma forma pública de disputar o espaço de visibilidade sobre as formas de ocupação populares no bairro. Projetando suas imagens, desenhando corpos de mulheres negras nas paredes, além de outros motivos ligados a uma afirmação da negritude em seus princípios estéticos e políticos, ou mais amplamente, afirmando a positividade dos discursos minoritários publicamente, a ocupação disputa o seu lugar na cidade.

4. Reconversões urbanas em Niterói/Rio de Janeiro.



4. Reconversões urbanas em Niterói

A cidade de Niterói – em especial, a região central da cidade, que abrange as áreas do centro, São Domingos e Gragoatá – passou por processos de reformulações urbanas desde o século XIX. Todos os projetos aqui desenvolvidos eram envolvidos com interesses políticos e econômicos que atendiam aos interesses de alguns privilegiados e, muitas das vezes, eram realizados em parcerias entre os setores público e privado. As demandas por uma cidade justa e democrática, acessível a toda a população, nunca foram prioridade em Niterói: para os órgãos competentes, quando se pensa em planejamento urbano, estratégias políticas e interesses econômicos sempre estiverem à frente.

Procedi aqui a uma análise dos projetos urbanísticos implementados na região, tomando como fontes, principalmente, estudos da Escola de Arquitetura da UFF. Viso esboçar uma cronologia dos processos de reconversão do território estudado, que foi alvo de diversos projetos e que passou por processos econômicos diferentes ao longo da formação da cidade, ocupando diferentes posições no imaginário social da cidade de Niterói. As reformas urbanas do passado, os projetos de cidade implementados, os movimentos de ocupação e desocupação impetrados pelo Estado, seguidos pela resposta dos populares em busca de moradia, nos ajudam a compreender o quadro atual em que se encontra a região de São Domingos e, mais especificamente, a Ocupação que estudamos.

Os modelos de cidade importados da Europa no século XIX, de certa forma, dialogam com as reformas do Caminho Niemeyer e com a construção do MAC: a cidade é pensada sob o ponto de vista de quem vem de fora, quem concebe os projetos não olha para dentro da cidade. No que diz respeito à população precarizada que habita a região, a política é de invisibilidade e silenciamento. Estes moradores desprestigiados da cidade vivem no intermédio da (des)valorização do território, ocupando e sendo despejados de acordo com a cotação imobiliária do momento.

Em 1819, foi implantado o Plano do desenhista francês Pallière, para a criação da Vila Real da Praia Grande, instituída por D. João VI. O local se consolidou como a porta de entrada da cidade e área de múltiplas atividades urbanas, como terminais de transportes, centro cívico, comercial e de serviços e entretenimento, além de local

privilegiado de moradia. Ainda em meados do século XIX, em 1840, foi projetada e criada a Cidade Nova de Icaraí, configurando outra área de ocupação (Azevedo, 1998). Com fortes influências europeias, tais projetos urbanos tinham a finalidade de alterar o imaginário da cidade, construindo uma ideia de modernidade, da metrópole republicana que estava por vir.

A partir da década de 20 do século XX, foram iniciados os projetos de aterramento da orla da cidade, a fim de modernizar os centros urbanos tradicionais com a criação de áreas urbanas artificiais, que abrigariam diversos tipos de serviços (portos, vias de acesso, centros administrativos, parques, praças, centros residenciais), “aumentando o patrimônio de terras públicas ou de usos públicos” (Azevedo et all, 2003). No fim da década de 20, foram realizadas as obras do aterrado São Lourenço, para atender as demandas de transportes e para abrigar o porto. O projeto alterou o traçado urbano das proximidades, introduzindo uma nova linguagem de urbanismo na cidade e liberando novas áreas públicas.

O período de 1935 a 1945, que corresponde ao Estado Novo, representa um momento de grande expansão urbana, visto que Niterói foi a cidade brasileira que mais se desenvolveu nesses anos. “Trata-se de um período de investimentos urbanos e de relações estreitas com a iniciativa privada do setor de obras públicas e da construção civil” (Azevedo, 1998, p. 2).

Nos anos 40, iniciam-se as obras do aterrado da Praia Grande; porém, tal projeto já havia sido pensado em outros momentos: em 1919, com o Projeto de Melhoramentos da cidade de Niterói, de Graça Aranha; e em 1930, quando o arquiteto A. Correa Lima retoma as ideias de Aranha, incorporando a necessidade da ligação Rio-Niterói, por ponte ou túnel. Em 1940, o Governo Federal cedeu ao Estado o domínio da área a ser aterrada, permitindo transferir o terreno a empresas e concessionárias que ficariam responsáveis pela realização das obras, em um prazo de 15 anos. “Caberia à municipalidade executar o plano de ocupação da faixa litorânea, com uma extensão de mais de 3km, ligando a Ponta d’Areia e a Praia das Flechas, correspondendo a uma área de cerca de 1 milhão de m²” (Azevedo et all, 2003, p. 2).

Em 1941, foi constituída a Companhia de Melhoramentos de Niterói, concessionária responsável pela obra, que não cumpriu os prazos e teve uma prorrogação de mais 5 anos para o término da obra. Com a falência da empresa, a CIA. Territorial Fluminense apresentou um novo projeto, sob a denominação de Jardim Fluminense. “Este apresentava uma nova face para o centro da cidade, verticalizada,

sem conexão com o arruamento e o padrão de ocupações existentes” (Azevedo et all, 2003, p. 3). Somente em 1965 que o plano, já modificado, foi aprovado pela municipalidade, com normas de edificação para uso comercial e residencial. Porém, em 1969, já com duas prorrogações de prazos concedidas às concessionárias, só havia 19% das obras concluídas.

Finalmente, em 1971, a área é desapropriada e o Grupo Executivo de Urbanização da Nova Niterói tem como prioridade realizar o plano de remodelação do aterrado. As obras se estenderam de 1971 a 1974 e, em 1977, o governo declara desapropriada, por utilidade pública, parte do aterrado para a instalação do campus da Universidade Federal Fluminense. Como no mesmo ano a área tinha sido declarada *non aedificandi* pelo município, as obras do campus só se regularizaram em 1984 com revogação municipal. Nesse meio tempo as classes trabalhadoras da região instalam-se nas edificações abandonadas.

“Evidentemente, os diferentes interessados e ‘proprietários’ contestam até hoje a posse desses terrenos na justiça. O aterro consolidado e, em abandono, degradava a paisagem local e comprometia a imagem do centro da cidade. A municipalidade ocupou a área em diferentes momentos, buscando através de intervenções urbanas minimizar os efeitos negativos do aterrado, ocupando-o com serviços de utilidade pública.” (Azevedo et all, 2003, p. 5)

Outra parte do aterrado foi ocupado pelos Terminais Rodoviários, obras integrantes do projeto CURA, implementando novas vias públicas (Azevedo, 1998). Onde está localizado o terminais de ônibus interurbanos, onde transitam as populações trabalhadoras que habitam as cidades dormitório da região em torno de Niterói.

Em 1989, no governo do prefeito Jorge Roberto Silveira, foi implantado o “Projeto de revitalização do centro de Niterói”, sendo seu principal objetivo tornar o aterro uma área potencialmente ocupável e urbanizá-lo a fim de que o aterrado interaja com a cidade.

“O aterrado, mesmo sendo o rosto da cidade, foi resultado de uma execução e ocupação lentas, fruto de 60 anos de discussão, de petições e de litígios jurídicos, sem o respaldo de uma proposta urbanística consistente, constituiu o desenrolar de um jogo de interesses imobiliários, desde sua origem, baseados em projetos mal formulados em todos os aspectos, onde os três níveis de governo se misturam e se chocam, revelando indícios de interesses privados, onde o grande número de projetos inacabados criaram

uma imagem de descrédito para as iniciativas de sua ocupação.” (Azevedo et all, 2003, p. 6)

Cabe ressaltar que, nas décadas de 70 e 80, a região central da cidade passou por uma decadência, associada à fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e a consequente falta de investimentos para Niterói, que deixa de ser capital; à construção da Ponte Rio-Niterói e ao desenvolvimento da zona sul da cidade – Icaraí e região oceânica. O centro foi perdendo seus atrativos para a “classe média” – empregos, comércios, serviços em geral – e com o desenvolvimento de outras regiões da cidade, estas camadas médias da população deixam de morar na região central.

Em decorrência dessa desvalorização do local e migração da classe média para outras regiões, o bairro de São Domingos compõe-se de um casario antigo abandonado, devido à crise momentânea e à partilhas de heranças, desde meados do século XX. Concomitantemente, dá-se o movimento das camadas populares de ocupar estes espaços e ressignificá-los de acordo com suas práticas cotidianas. A região aterrada onde se encontra o campus do Gragoatá, enquanto estava “abandonada” devido à não conclusão da obra por décadas, foi ocupada por trabalhadores. Até o começo da construção do campus, alguns moradores resistiam na “Favelinha” (nome dado à ocupação), mas viram-se forçados a deixar o local e ocupar outros morros – como o Morro do Estado, o do Palácio e o 94 e casarões abandonados no bairro de São Domingos, ou migrarem para locais mais distantes. Inúmeros casarões são ocupados por centenas de famílias nos bairros de São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem. Somente na calçada onde a Ocupação Mama África se encontra existe uma série de ocupações que se interligam e interagem, além de outras próximas ao Solar do Jambeiro e da Praça da Cantareira.

Do ponto de vista do Estado, dada a “degradação” do bairro, há uma aposta na cultura como atrativo para turistas, investimentos privados e incentivos do governo. Nessa lógica de produção e consumo das práticas culturais é que o Caminho Niemeyer, um conjunto de obras arquitetônicas do arquiteto mundialmente renomado Oscar Niemeyer, é idealizado e projetado em parte da orla do Aterro da Praia Grande, voltado para o Rio, distante da realidade dos moradores do centro e dos bairros subjacentes. O projeto Caminho Niemeyer atinge certo público consumidor de bens culturais, adequando a cidade às necessidades do mercado. “Nesse contexto o patrimônio é concebido como ‘recurso’ local para a formulação de projetos de desenvolvimento cultural, renovação urbana e valorização da identidade municipal.” (Luz, 2008: 147).

Mesmo inacabado, o projeto, ancorado principalmente na construção do MAC, em 1996, foi responsável pelo *marketing* da cidade (Luz, 2008) e até hoje promove Niterói, ao ponto do Museu ser incorporado como logomarca oficial da prefeitura. O Museu é a figura que dá visibilidade ao projeto oficial de cidade. Logo, a partir das reformas do Caminho Niemeyer, a região de São Domingos voltou a ser valorizada pelo poder público e pelo capital imobiliário e projetos de higienização e remoção passaram a ser implementados no local.

Ao observar o processo histórico de reformas urbanísticas realizadas na cidade, não fica difícil perceber que tais reformas atendem aos interesses de uma minoria de privilegiados. Desde a constituição de Niterói como sítio citadino, em 1819; passando pela elevação da cidade como capital da província e depois do Estado do Rio de Janeiro e todas as reformas realizadas ao longo do século XX; até a idealização do Caminho Niemeyer, as intervenções urbanas sempre estiveram em paralelo com as ambições políticas e econômicas das elites da cidade (Botelho, 2007). A partir desses dados sobre os processos de urbanização e as políticas urbanas levadas a cabo em Niterói, desde o século XIX aos dias de hoje, percebe-se a tentativa da construção de uma imagem de cidade – a “Cidade Sorriso” – moderna, que valoriza a cultura, muito mais que uma “cidade dormitório” à reboque da metrópole vizinha. Porém, essas “reurbanizações” (Botelho, 2007) respondem a interesses de poucos privilegiados e mostram-se extremamente contrárias aos interesses da maioria da população da cidade. Segundo Santos (2012:10) “a “cultura” vem sendo esgrimida como argumento para normatizar práticas e condutas na localidade [referindo-se à ação do estado na região portuária do Rio de Janeiro]. Esses argumentos saem da cabeça dos técnicos do planejamento urbano do município, em sua grande maioria arquitetos com uma concepção muito própria dos usos adequados daquele espaço da cidade” (Santos, 2012:10).

Em Niterói, o bairro de São Domingos, e os vizinhos Boa Viagem e Gragoatá eram bastante valorizados durante a ocupação e urbanização inicial da cidade, passando por uma degradação posterior, quando o deslocamento de incentivos e investimentos prioriza outras regiões. Hoje, tais bairros são territórios bastante heterogêneos, onde casarões abandonados, cortiços e ocupações dividem espaço com prédios e um grande condomínio. Diferentes atores sociais vivem nesse ambiente, resignificando-o de acordo com seus estilos de vida. Trata-se de uma região com importância histórica no processo de urbanização da cidade, que passou por importantes transformações arquitetônicas, físicas e simbólicas ao longo dos anos.

Niterói, assim como o Rio de Janeiro, possui um histórico de ocupações das classes trabalhadoras – de morros e casarões abandonados – onde vivem trabalhadores populares, sendo, a maior parte deles, afrodescendente. Após sucessivos ciclos econômicos, períodos de prosperidade e de declínio, os casarões foram fechados por seus herdeiros, em processos de partilhas intermináveis e ocupados por trabalhadores, sendo eles na maioria de origem africana, descendentes de escravos que viviam nos porões dos mesmos casarões. Atualmente, as ocupações são ofuscadas pela arquitetura moderna da cidade e muitas vezes passam despercebidas na dinâmica da vida urbana. Juntamente com os territórios, seus habitantes também são negligenciados por políticas públicas, vivem na invisibilidade e necessitam de estratégias criativas para seguirem suas vidas, nas margens do estado. Muitas vezes, a estratégia é manter-se invisível, chamar o menos de atenção possível para continuar ocupando o espaço. Ou então afirmar-se, demarcar o território deixando-o com a cara de seus habitantes.

A moradia popular construída a partir da ocupação de territórios e imóveis, há décadas, são objeto de reflexão pela literatura antropológica. As etnografias produzidas revelam categorias e estratégias de ocupação do espaço urbano pautadas em um padrão de moradia, que caracteriza uma noção de família extensa, que abriga descendentes e agregados em casas que vão se ampliando verticalmente entre vielas escondidas pela arquitetura urbana (Ferraz, 2012). Estas ocupações são espaços onde trabalhadores populares que estão à margem do sistema de produção capitalista vivem e continuam a luta por igualdade e liberdade, inseridos no degradante contexto urbano moderno.

O Museu Janete Costa, inaugurado em 2012, depois de passar por anos em obras, foi uma das grandes ocupações de casarões antigos no bairro, e tornou-se, por obra da prefeitura, Museu da Cultura Popular. Seria importante pensar esses processos de incorporação de alguns prédios pelo Estado, com compra do imóvel, reforma, investimento e transformação em patrimônio oficial da cidade. Por que alguns imóveis e não outros? Creio que a resposta a este enigma esteja assentada nas relações do Estado com as classes proprietárias, a elas o reconhecimento, a indenização, o fundo público. Os casarões convertidos em ocupações para a moradia popular, embora demandem o reconhecimento de seu direito à permanência, legítimo legalmente, inclusive pelo tempo das ocupações que tem bem mais de vinte anos e estariam garantidos pela lei do usucapião, são ameaçadas de remoção e despejo.

4.1 Políticas públicas e a resistência dos espaços invisíveis

Dada a política de ignorância proposital dos espaços ocupados para moradia pelas classes trabalhadoras, coerente com a onda remocionista contemporânea e com a consolidada invisibilização dos espaços populares nos bairros identificados como “zona sul” da região metropolitana do Rio de Janeiro, as práticas populares se desenvolvem em contextos de ilegalidade. Uma ilegalidade provocada e consentida pelo estado, aceita e incorporada pelas classes populares. O não reconhecimento do trabalho considerado informal, como o dos vendedores ambulantes e de inúmeros outros pequenos serviços, por exemplo, contribui para que esta cidade invisível ocupada pelas classes trabalhadoras no seio da cidade espetáculo se expanda.

Nessa cidade, “formas de controle que oscilam entre a transgressão consentida, o jogo pesado de chantagem e extorsão implicado na transação das mercadorias políticas, a violência extralegal e a prisão (isto é, um dispositivo legal) que parece recair sobretudo sobre uma criminalidade urbana difusa, avulsa, desterritorializada e que vem abarrotando os dispositivos carcerários” são a tônica (Telles, 2006:38). Os espaços da vida cotidiana, como espaços em que de fato se decidem as práticas das classes pensadas como assujeitadas, são aqueles em que se esboçam os recursos precários da classe trabalhadora. Nossa etnografia vai procurar cartografar tais estratégias e formas de relação, construções de redes de apoio e pontos de vista sobre a cidade.

A “Operação Choque de Ordem” levada a cabo em Niterói, como política pública de controle social retoma a lógica que despreza as formas de ocupação da cidade, respondendo com encarceramento à vida das classes trabalhadoras. “Quase tudo tem sido alvo das operações da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP) que, em pouco mais de quatro anos, realizou mais de quatro mil intervenções regulatórias de toda espécie, como, por exemplo, a destruição de trinta e quatro imóveis no Recreio dos Bandeirantes (Zona Oeste da cidade), a recolha de sessenta e oito moradores de rua, multa a cento e sessenta e sete carros e a prisão de duas pessoas” (Santos, 2012). Do ponto de vista das ocupações de moradia na região estudada, os contornos e desvios, os disfarces e todas as brechas devem ser exploradas. No espaço da vida sabe-se que o estado é o outro. As grandes margens da sociedade se produzem a si mesmas no tempo-espaço do cotidiano.

Frente ao poder do estado com seus planejadores, o tráfico de drogas busca

territorializar o espaço como contra poder. Tal afirmação, muitas vezes é posta em causa quando se sabe das relações entre polícias, milícias e o tráfico, quando essas posições não são tão distantes, apesar da propaganda sobre a pacificação das favelas do Rio. Algumas etnografias tem mostrado que “a face mais violenta dos ilegalismos, aquela usualmente associada ao crime — o tráfico de drogas — foi fortalecida, ao menos no primeiro momento, quando “desceu” do *morro* para o *asfalto*, tornando-se, como estamos sugerindo, um ator da *governamentalidade* fundamental no processo de expulsão dos “indesejáveis” da zona portuária, e ganhando, neste contexto, um protagonismo de peso, principalmente ao exercer um poder de controle sobre algumas invasões populares quase invisíveis para os de fora e também nas ocupações engendradas pelos movimentos de sem-teto” (Birman, Fernandes e Pierobon, 2014). Ou, adiante, “temos aqui nestas situações a soma de poderes da polícia, do tráfico e também da administração do estado relacionada à política da reurbanização, que é inseparável da violência” (Birman, Fernandes e Pierobon, 2014: 449). No entanto, ao vermos mais de perto, as histórias não se separam em polos tão absolutos. Relações com os distintos poderes marcam a fresta porosa da vida na margem.

Ao observarmos as práticas de intervenção do Estado sobre os espaços de habitação popular vemos claramente a motivação de criar relações de mercado nas áreas em que outros padrões pautam relações. Transformar a casa em mercadoria e, com isso, arrecadar impostos é o processo que vem se impondo sobre os espaços ocupados pelas classes trabalhadoras, marcados por outras formas de mutualismo, autoconstrução, reciprocidade, compadrio, circulação de crianças, troca na prestação de serviços, como veremos.

5. A Ocupação Mama África: Moradia, Visibilidade e o Direito à Cidade



A Ocupação Mama África: Moradia, Visibilidade e o Direito à Cidade

Na Rua Passo da Pátria há uma série de casarões antigos ocupados das mais diversas formas, alguns são moradias de muitas famílias, outros são mercados, museus, uns estão vedados pela prefeitura, são antigas ocupações que foram despejadas, como é o caso do Castelinho, palacete colonial abandonado e posteriormente ocupado. Esta rua fica próxima à Praça da Cantareira, aos campi da Universidade Federal e ao Solar do Jambeiro, casarão tombado como patrimônio histórico da cidade de Niterói. O bairro é diverso e tem uma história de convivência na praça pública, com shows, encontros de grupos culturais e o movimento de estudantes e moradores. Muitas escolas públicas, restaurantes, bares, enchem as ruas de movimento. A reconversão do bairro em espaço para o turismo teve história em alguns momentos recentes. Nessa rua, há muitas ocupações. Devo me deter especificamente em dois casarões, que guardam poucos traços de sua arquitetura original, bastante modificados e readaptados pelos moradores, que abrigam por volta de trinta famílias, onde cada uma tem seu pequeno cômodo e dividem o banheiro. Compartilham também a área externa, as experiências e os sonhos, dentre eles, o “sonho da casa própria”.

As duas pequenas portas de entrada separam do restante do bairro de São Domingos, uma dinâmica comunidade, majoritariamente feminina, de mulheres que compartilharam experiências comuns e que se reorganizaram para continuarem suas vidas da maneira que lhes convém. A Ocupação é vizinha de um centro espírita e de uma loja de materiais de construção, locais cujos proprietários e frequentadores têm uma relação próxima das moradoras da Ocupação Mama África. Ao lado da loja de material de construção encontra-se a venda do Sr. Juarez, local bastante frequentado por todos os moradores da região. Atualmente, ele aluga alguns cômodos no casarão vizinho. O 70 é outra ocupação, seguindo na mesma calçada, em direção ao campus da Praia Vermelha, onde moram muitas famílias e algumas mulheres que, por compartilharem a mesma experiência de vida e da cidade, são colegas das meninas da Mama África; há aqui redes de socialidade estabelecidas.



No início dos anos 60, os primeiros moradores ocuparam o casarão de número 48 da Rua Passo da Pátria, e logo foram seguidos por outros – hoje eles são idosos que permanecem vivendo no local. No contexto de cortes econômicos devido à fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, investimentos em novos territórios para urbanização e desvalorização do bairro, somados a partilhas de herança intermináveis, trabalhadores provindos de ocupações e comunidades dos arredores ocuparam os casarões vizinhos da Rua Passo da Pátria e os reconfiguraram de acordo com suas necessidades. Os ostentosos casarões de São Domingos, símbolos da cidade imperial capital do estado que davam um ar nobre ao bairro; agora, ocupados por trabalhadores, passam a deter o lugar de estigma e marginalidade, dando ao bairro fama de violento e perigoso. Esta imagem é contemporânea de processos intensos de criminalização da pobreza.

“Os criminologistas James Q. Wilson e George Kelling desenvolveram, nos anos 1980, uma tese sobre o comportamento criminoso que ficou conhecida como a ‘teoria da janela quebrada’.

Eles defendiam que o crime é o resultado inevitável da desordem e que, se uma janela de um prédio for destruída e ninguém consertar, os passantes pensarão que ninguém se importa. Daí, mais janelas serão quebradas nas proximidades, as paredes serão grafitadas e o lixo vai começar a se acumular. A ocorrência de crimes sérios aumentará drasticamente em seguida, enquanto a negligência na vizinhança se tornará visível” (Banksy, 2012).

Contra essa leitura, Banksy (2012) concebe o seu trabalho. Fazendo com que as inscrições nas paredes que revelam outros discursos - daqueles que não constroem arquitetura, mas montam bricolagens de casas na cidade escondida e populosa das ocupações- possam narrar outras histórias. As inscrições nessa cidade-bricolagem constroem estéticas que não se dissociam de políticas, assim, no plural. A estética da ocupação, além de trabalhar com as pinturas, grafitti e stencil nas paredes internas e externas, constrói em suas pequenas unidades familiares uma noção grande de pertencimento coletivo e dependência mútua.

Por volta de vinte anos depois da primeira ocupação dos casarões, no final dos anos 80, as então jovens, ex-internas da Casa da Infância e da Juventude, (hoje Fundação da Infância e Adolescência - FIA), abandonadas à própria sorte aos 18 anos, encontram na solidariedade dos moradores mais velhos a possibilidade de permanecerem juntas. Estas “meninas” são as “filhas do Estado”: órfãs que foram entregues à casas de caridade e foram passando, em suas trajetórias compartilhadas, por diversas instituições, de acordo com a faixa etária. Nessas casas de caridade, estas meninas aprendiam trabalhos domésticos para, aos 18 anos, estarem “prontas” para seguirem seus próprios caminhos, trabalhando como domésticas em casa de família. Como era de se esperar, nem todas as meninas se adaptavam à nova vida e buscavam outras estratégias de sobrevivência. Nas ruas, as meninas improvisaram nas mais diversas funções – babá, venda de artesanatos, prostituição, tráfico de drogas – e estabeleceram relações com diferentes atores sociais, a fim de garantirem sua subsistência. Alcione foi a primeira a ser abrigada por Itamar, senhor morador do primeiro momento da ocupação. Ela logo passou a chamar as amigas para dividir a hospitalidade daquele senhor. Em um verdadeiro efeito de rede, a notícia foi se espalhando e as meninas ex-companheiras de FIA foram se reencontrando nos casarões ocupados de números 48 e 50.

Em conversas na calçada, em frente à Ocupação, as lembranças dos tempos de escola são assuntos frequentes entre as meninas: das dimensões dos quartos e dos corredores, da sala do “confinamento” – local punitivo, aos moldes da “solitária”, para onde iam as meninas que causavam problemas –, do frio da escola de Barra do Piraí, da euforia na chegada de “garotas novas”, dos castigos e dos carinhos. As lembranças, ora saudosas, que enalteciam as qualidades das escolas – como a possibilidade dada a Simone de viajar para os Estados Unidos, ora de lamento, nas queixas de violência, desamparo e abandono, retomam a realidade contraditória da Ocupação Mama África, de força e fraqueza, segurança e insegurança, coesão e dispersão, dinâmica e marasmo.

A trajetória de vida das mulheres da Ocupação Mama Africa, entre instituições e escolas, sob a “paternidade” do Estado, influenciou e ainda influencia nas relações estabelecidas entre irmãs, vivendo em comunidade, dependendo do apoio mútuo; e em suas relações sociais fora da ocupação, ora de força e luta, ora dependentes de assistência e paternalismo. Mulheres, mães, negras, “filhas do Estado” criadas juntas, passando por diversas instituições até serem abandonadas e terem a necessidade de criar suas próprias estratégias de vida. A força presente na união e no espírito de comunidade também carrega a fragilidade das “filhas do Estado não terem ninguém por elas”, segundo Fernanda.

As relações das “meninas” com o Estado, em alguns casos, mantém-se a partir da própria FIA, que assume, para aquelas consideradas “incapazes”, um auxílio de uma cesta básica mensal. Esse direito é pensado como tal, e quando assistência social tarda, elas vão reivindicar seus recursos. Em outros casos, a produção da “incapacidade” é provocada, como no caso das meninas que foram lidas pelo estado como contraventoras, violentas ou “nervosas”, e foram internas em manicômios, tendo depois disso passado a receber uma espécie de aposentadoria por invalidez, que é recebida por uma das assistentes sociais que a “representam” perante o Estado. Essa história é de produção de dano, dano que é manipulado, também quando se pode ganhar algo no lugar da vítima. O falso paternalismo do estado não convence em nenhum dos casos, seja por ser insuficiente ou por faltar, de todo modo, tais obrigações são cobradas como direitos. Dessas práticas experimentadas há muitas décadas, agora, a bolsa família é a que se coloca como mais universal, generalizando a espera do fundo que as mantém ali, parcialmente.

Devido às relações estabelecidas em tempos passados, quando as meninas começaram a ocupar o casarão de São Domingos, há vinte anos atrás, a Ocupação teve

relações com os envolvidos no tráfico de drogas que atuam na região, que dizem respeitar o território da Ocupação. Em uma conversa, no fim de tarde, na calçada em frente a Mama Africa, algumas mulheres lembravam dos tempos de adolescentes, nas escolas. Sueli dizia que as meninas sempre tiveram um contato mais próximo com os garotos em mesma situação, ou em situação de rua, e que isso facilitou quando elas foram abandonadas e tiveram que estabelecer novas relações nas ruas. O convívio com jovens das comunidades próximas, muitos ligados ao tráfico, era frequente e contraditório: as relações, mesmo que muitas vezes violentas, trazia uma certa proteção às meninas e a Ocupação. Porém, com a mudança do controle do tráfico – as novas facções não se caracterizam mais pela política paternalista que caracterizava essas relações em décadas anteriores - nas proximidades da Ocupação Mama Africa, as relações passaram a ficar mais tênues, oscilando entre o respeito de outrora e a imposição da força violenta e de controle local.

A polícia militar sempre se faz presente nas proximidades da Ocupação: rondas e abordagens policiais são constantes em São Domingos. Devido aos interesses sobre a região e a estigmatização de uma parcela da população ali presente – a criminalização da pobreza – muitos incidentes ocorrem envolvendo policiais e moradores da Ocupação.

As práticas de controle e ordenamento do local, a partir do uso da força e da violência, são comuns entre traficantes e policiais; porém, não existe um contexto de proximidade como atenuante na relação. Mas como todas as mulheres já estão acostumadas com a violência do estado, os contatos quase sempre são intensos, sem submissão perante o abuso de autoridade dos policiais militares.

*

Em 2009, após uma fala de Fernanda Carlinda, moradora e militante da Ocupação, em um microfone aberto na Praça da Cantareira, juntamente com atividade de mídia independente e intervenção de Andreia Dacal, cantora e produtora cultural, amiga de Fernanda, a então “Comunidade do 48” conseguiu chamar a atenção para a sua luta. A Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), representada por seu advogado André de Paula³, aderiu à causa e iniciou um processo judicial pela manutenção, posse e propriedade dos casarões, que vieram a se chamar Ocupação Sociocultural Mama África. Desde então, em uma tática de “guerrilha jurídica” – segundo o Dr. André, o processo é trabalhado contando com as adversidades do sistema judicial, como a lentidão, um ganho de tempo para a Mama Africa –, a Ocupação, com o auxílio da FIST, vem travando uma longa e silenciosa batalha judicial com a prefeitura.

Já os habitantes da Mama Africa continuam sua resistência diária, na qual permanecer no local, pintar a fachada nas cores e temas afro e trançar seus cabelos já são mini revoluções cotidianas. Os dois casarões pertenciam a diferentes donos e os descendentes dos antigos proprietários relacionam-se de forma amistosa com os moradores da Mama Africa. Porém, ambos os imóveis carregam uma enorme dívida de IPTU e esta é a brecha legalista que a prefeitura de Niterói usa para entrar com o pedido de reintegração de posse contra a Ocupação. A cobrança da dívida deixada pelos antigos proprietários escamoteia a política de gentrificação e higienização urbana imposta pelo poder público e seus parceiros privados às camadas populares da cidade.

No final de 2014 e início de 2015, a Ocupação consegue a posse legítima dos dois casarões, graças ao esforço das várias frentes de luta e resistência. Foi feito um grande churrasco para comemorar a conquista, com muitos convidados, música, cerveja e comida. Porém, na última conversa que tive com Fernanda, soube que a prefeitura está recorrendo – pela segunda vez – e a batalha jurídica continua. Apesar da instável relação com o poder público, a Ocupação Mama Africa possui uma grande legitimidade, consolidada na incansável luta de seus moradores e colaboradores. Hoje, o 48 encontra-se sob a posse legal dos moradores da Ocupação, conquistada após uma intensa e extensa disputa jurídica com a prefeitura, após seguidos resultados positivos para a Mama África e pedidos de recursos da prefeitura. O processo do casarão número 50 não foi finalizado e ainda tramita no tribunal de justiça.

³Ex-dirigente de movimentos de moradia popular no Rio de Janeiro que se forma em direito e passa a advogar em nome das ocupações.

Antes mesmo do trabalho etnográfico e dos primeiros contatos com os moradores, a Ocupação já atraía meus olhares e minha curiosidade. Fui vizinho da ocupação Mama Africa e sempre passei ali em frente, pois era meu caminho para o campus do Gragoatá e para a Cantareira. De princípio, quando comecei a reparar no local e em seus moradores, ainda tinha em mim um imaginário de “favela”, por se tratar de uma estrutura social completamente diferente das que eu convivia, pois sou do interior de Minas Gerais e o único contato que tinha com as “favelas cariocas” era nos noticiários policiais. Aquelas portas estreitas, o entra e sai de pessoas, uma arquitetura do improvisado, o quintal na calçada; tudo aquilo me chamava muito a atenção. Nesse momento, no final de 2008 e início de 2009, a ocupação Mama Africa ainda era chamada de 48 – nome atribuído devido à numeração do imóvel, assim como em outras ocupações do entorno – e sua fachada ainda não havia sido pintada.

Nos primeiros meses, fui a Mama Africa na companhia de outros pesquisadores da equipe, para ouvirmos os moradores, propusemos atividades e fizemos algumas filmagens com as mães e seus filhos para melhor compreendermos a situação da comunidade – algumas edições individuais já foram devolvidas e um primeiro corte foi feito para auxiliar o trabalho etnográfico. Porém, devido às demais demandas de pesquisa do Laboratório, as visitas à ocupação foram interrompidas. A temporalidade etnográfica, o ritmo de vida dos moradores da Ocupação e suas demandas são bem diferentes. A correria da vida acadêmica, a necessidade de estar sempre produzindo e assumindo trabalhos impossibilitava uma participação ativa na Ocupação e os moradores nos cobravam, legitimamente, um maior empenho e compromisso com a comunidade.

Como sou vizinho da Ocupação, tive que conviver por meses com os olhares desconfiados dos moradores todas as vezes que passava pela calçada em frente à Mama Africa. Até que me aproximei de Fernanda Carlinda, moradora militante que incorpora a luta da Mama Africa, por intermédio de Olímpia, moradora da Ocupação que passa a maior parte do dia sentada em frente ao casarão, observando o ir e vir da rua e interagindo com os passantes. Olímpia foi a primeira pessoa de que fiquei próximo, sempre gentil e calorosa – a maioria das vezes em que nos falamos foi por iniciativa dela, que sempre quebrava o gelo e minha timidez com seu jeito espontâneo. Olímpia teve paralisia cerebral, ainda no período de gestação, e, quando criança, passou por várias cirurgias. Assim como as outras mulheres do Mama, Olímpia foi criada em orfanatos e casas de caridade – Educandário Paula Cândido (antiga Casa da Princesa

Isabel), Jurujuba; Instituto Dr. March, Fonseca; Obra do Berço, Laranjeiras, Rio de Janeiro; Educandário Oswaldo Aranha, Barra do Piraí – migrando de um para o outro, de acordo com a sua idade. Depois das escolas, ela foi colocada em um asilo, devido à sua deficiência; porém, segundo Olímpia, o lugar não tinha nada a ver com ela e, aos 24 anos, ela fugiu e chegou ao casarão onde suas amigas já estavam morando há algum tempo. Olímpia vive em um quartinho no casarão de número 50, com sua filha Ana Luísa, uma linda garota de 6 anos de idade, muito inteligente e esperta. As mulheres que ocupam esses casarões, em sua maioria, cresceram juntas desde a infância em instituições; e por ocuparem este lugar vulnerável estão expostas a diversos riscos. Olímpia contou que se envolveu com drogas e com o tráfico, já se internou em uma clínica de recuperação de dependentes químicos.

Lembro-me das leituras de Foote White e da importância de Doc na pesquisa etnográfica (White, 2005): intermediário que “abre as portas” e dissipa as dúvidas junto aos demais moradores da comunidade, que passa de informante-chave para colaborador da pesquisa e auxilia o pesquisador ao longo do trabalho etnográfico. No meu caso, Olímpia me direcionou e Fernanda, literalmente, abriu as portas da Ocupação para mim, no momento em que fui convidado a pintar as portas dos quartos da Ocupação.

Outro fator que auxiliou minha aproximação com os moradores da Ocupação foram as pinturas da fachada dos casarões. Sendo vizinho da Ocupação, passava com grande frequência em frente e sempre reparava nas pinturas que eram feitas após a organização da ocupação como Mama África. Lembro-me de uma primeira, com um grande fundo azul e mulheres e crianças negras de mãos dadas; e também de uma pantera negra e frases de Gandhi. Além das pinturas em si, suas cores sempre vibrantes, a temática me atraía muito: a estética negra, tribais africanos; misturados com elementos do reggae music e do movimento rastafári.

As imagens reproduzidas na fachada da Ocupação sempre remetem às origens afrodescendentes de seus moradores, reafirmando que naquele local existe uma comunidade que reconhece suas raízes, tem seus costumes e resiste às investidas do poder público e do capital imobiliário para continuar vivendo como lhes convém naquele espaço. Há também imagens de ícones pacifistas, como Gandhi e Bob Marley, e alguns de pensamentos. De certo modo, isto indica a forma de conduta da Ocupação e sua posição fragilizada perante ao tráfico e a violência urbana.



5.1 “Urbanização” e “Revitalização”

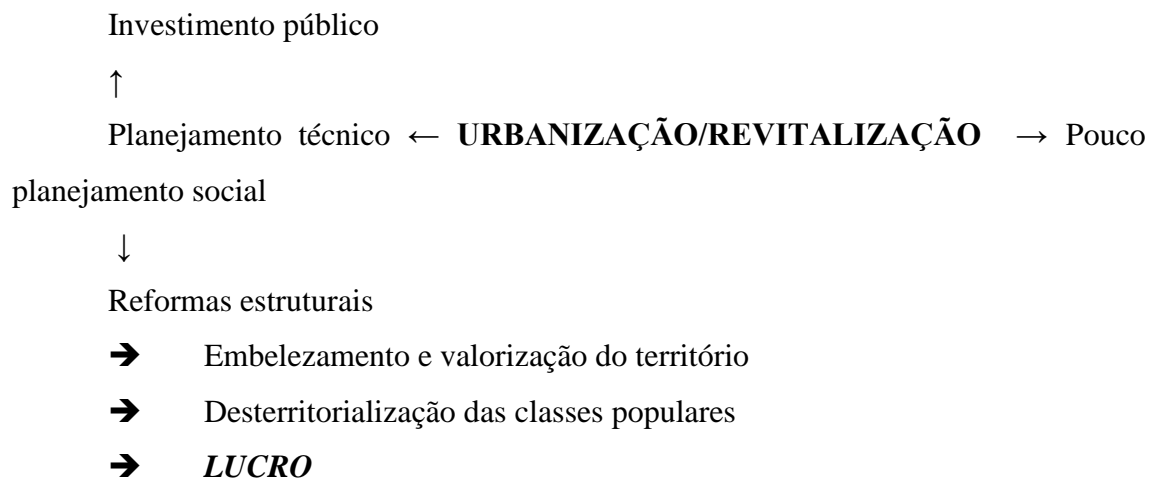
Há alguns anos, a Ocupação mantém relação com o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU – UFF)⁴. O NEPUH elabora projetos de urbanização, atuando após todo o processo de posse dos casarões, na construção de três prédios, onde ficarão os apartamentos de cada família e as áreas coletivas, como uma biblioteca e áreas de lazer. A maior parte das informações que obtive sobre os projetos de urbanização vieram dos moradores da Ocupação, além de pesquisas em sites oficiais da UFF e entrevistas de membros do NEPHU sobre o projeto de urbanização da Mama Africa disponíveis na internet.

Sempre ao falar das projeções do futuro, pós reforma, Fernanda Carlinda fala de suas estratégias para se manter no local, pois ela sabe que junto com os projetos vem as contas – IPTU, luz, água – e, se o projeto de urbanização não proporcionar uma possibilidade de aumento na renda familiar os moradores não terão condições de se manterem em suas casas, numa ameaça muito concreta de remoção branca que já se vê no bairro, como, por exemplo, quando os estudantes universitários procuram casas para alugar no morro, expulsando uma outra geração de moradores que não teria como pagar tais taxas. Fernanda diz que, caso o projeto saia do papel, ela irá alugar um dos quartos de seu novo apartamento para estudantes, se mantendo junto com seu filho Caio no outro quarto, dividindo a cozinha e o banheiro com seu hóspede, somando o aluguel com a sua renda familiar. Porém, ela prevê que poucos moradores irão adaptar-se à essa nova vida de tributos e que muitos vão preferir vender seus imóveis para buscar um outro lugar, isento de taxas.

Termos como “urbanização” e “revitalização”, por si só, são passíveis de críticas, pois, sob o ponto de vista de quem os territórios passaram a ser urbanizados? Revitalização significa trazer vida a lugares desprovidos, a partir dos referenciais dos idealizadores da cidade. Projetos de urbanização e revitalização, de embelezamento e organização estrutural, valorizam o território – enquadram-no nos moldes aceitos pelo cidadão consumidor – e preparam o espaço para investimentos capitalistas. Favelas urbanizadas e pacificadas no Rio de Janeiro tornaram-se um grande potencial de turismo, atraindo investimentos privados, que trazem consigo uma valorização do

⁴Vale ressaltar que os dois núcleos de pesquisa – NEPHU e Laboratório do Filme Etnográfico – não se relacionam e orientam suas pesquisas de forma independente.

território e um consequente aumento no custo de vida que acaba expulsando os moradores locais.



5.2 A pintura da fachada

Em janeiro de 2014, ao voltar da casa de um amigo, encontrei com Olímpia em frente à Ocupação Mama Africa. Olímpia mostrou seu “novo penteado”: raspou a cabeça. Ela disse que gostou, pois a deixava de “cabeça fresca”. Ela avisou que Fernanda estava em casa e que ela queria conversar comigo sobre a pintura da fachada.

Não lembrava onde era a casa da Fernanda e pedi para Ana Luísa, filha de Olímpia, me levar até lá. Ana estava andando de bicicleta e pediu para levá-la na ladeira para ela fazer manobra de skate e que iria me visitar na minha casa. Ao chegar à casa da Fernanda, encontrei Ana – irmã de Fernanda – fazendo a unha. Fernanda, no meio da conversa, disse que havia sido abandonada quando era bebê e não conheceu seus pais. Não perguntei sobre a Ana, se ela era “irmã de sangue” ou da “família Mama Africa”.

Não imaginava a importância desse encontro para o andamento da pesquisa. Fernanda estava deitada no chão, vendo tv e logo chamou para entrar e me acomodar. Ela falou bastante, compartilhou suas experiências e em nenhum momento evitou falar de qualquer assunto. Contou sobre sua vida nas instituições por onde passou, a amizade com as meninas e algumas experiências compartilhadas com elas; também nos falou bastante sobre seus artesanatos e a vivência que ela tem em “comunidades” pelo Rio de Janeiro. O assunto mais recorrente era a Ocupação Mama Africa: como elas foram parar lá; a movimentação – e também o marasmo – da ocupação e das pessoas; a luta pelo direito de permanecerem ocupando o casarão. Além das experiências compartilhadas, na sexta-feira também planejamos a pintura da fachada, com o início dos trabalhos já na manhã seguinte.

Por volta das 10h do dia seguinte, cheguei à casa da Fernanda para começarmos. O combinado era raspar a parede para tirar a tinta da pintura antiga, arrumar algumas irregularidades do muro com cimento (esse era o trabalho do Itamar, morador mais antigo da ocupação) e passar uma base de tinta branca. Que trabalho! De início não tínhamos muitas ferramentas e eu estava raspando a parede com uma espátula improvisada, mas logo Fernanda conseguiu mais materiais – cimento, tinta, corante e uma espátula; tudo na “camaradagem” entre os moradores, vizinhos e amigos da Ocupação. Eu, Fernanda e Ana lixamos a parede toda e Itamar tapou os buracos com cimento. Na hora de pintar algumas crianças quiseram ajudar. Deixamos a fachada toda branca e os moradores curtiram o visual *clean*.

No próximo dia, pela manhã, iniciei o desenho do mapa – um mapa do Brasil e do continente africano unidos, para simbolizar o encontro das culturas, proposto por Fernanda – na parede do 50. A figura do mapa está associada à determinação de territórios, limites e fronteiras. De certa forma, o mapa é uma maneira de deixar claro a quem pertence aquele espaço. Peguei o material na biblioteca e já fui começar a riscar o desenho. Senti que Fernanda estava mais introspectiva, sem deixar de me ajudar, mas mais calada que de costume. Fiquei bastante concentrado no desenho, por estar curtindo muito o trabalho, por nunca ter feito um mural tão grande e também porque preferi ficar observando, escondido atrás do pincel. O saber-fazer, a prática do grafite, muito me auxiliou em campo, ora para me aproximar, ora para me conter. Quando pintava, interagia com quem estava a minha volta e também podia ver e ouvir todas as outras atividades ao meu redor.

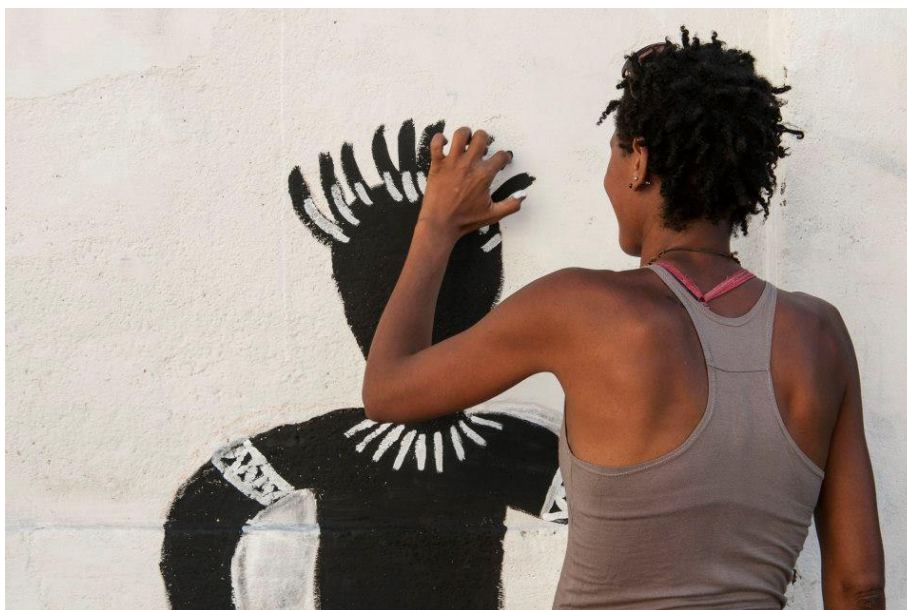
Enquanto pintava, Bruno, fotógrafo que já havia feito outros trabalhos com as meninas, chegou. Ele já realizou algumas exposições e teve fotos publicadas em jornais e revistas. Bruno é bastante próximo de todos, tanto das mães quanto dos filhos e suas fotos deixam transparecer a relação de amizade que ele tem com os moradores da Ocupação. Ele mora em uma comunidade no Alto da Boa Vista e faz fotos nas comunidades do Rio e de Niterói. Suas fotos retratam um ambiente que lhe é familiar, sob o ponto de vista de um amigo próximo. Gostei bastante de tê-lo conhecido, Bruno mostrou-se bem disposto a compartilhar suas fotos para trabalhos com stencil. Sua fotografia é próxima das meninas da Mama, eles compartilham olhares.



Demorei bastante para terminar o desenho, muito pela minha inexperiência em murais grandes, muito por querer caprichar ao máximo; mas também por me sentir bem atrás do pincel. Foi um dia intenso! Já não era a mesma pessoa de meses atrás, totalmente alheio àquele ambiente, porém, não deixava de me impressionar com alguns acontecimentos, comuns para todos, mas muito diferentes para mim. Fiquei muito satisfeito porque todos estavam gostando da pintura, e ao terminar o desenho tirei uma foto com todos que estavam presentes. As fotos foram muitas: mães e filhas tiraram várias fotos em frente da fachada nova.



No dia seguinte, por volta das 16h, cheguei para continuar a pintura. Fernanda tinha feito um desenho muito bonito na fachada do 48 e eu resolvi interagir com tribais na lateral. Ana Luísa ajudou, depois de insistir muito! Ela é uma menina bastante interessada, sempre quer ajudar.



No decorrer da semana, passamos a pintar o lado de dentro da ocupação: Fernanda deu a ideia de pintarmos bandeiras de países africanos nas portas das casas para incentivar as crianças a estudarem a história da África. Gostei bastante da ideia e o resultado foi melhor do que o esperado. Pinte a bandeira dos Camarões na porta da Fernanda e a do Zimbábue na casa de uma senhora mais velha, Elisa pintou a da África do Sul na casa da frente da Fernanda. No outro dia, pintei a bandeira da Etiópia na casa da Olímpia e da Jamaica na casa da Ana, ambas no 50. Depois de umas semanas, pintei a bandeira do Brasil na porta da Nádia, já às vésperas da Copa do Mundo.

A porta da Olímpia foi especial. Eu nunca tinha entrado no 50 e conhecer o quarto da Olímpia e da Ana Luísa foi um choque. Em seu quarto-casa ela e sua filha dormem e comem, e, Olímpia, por ser deficiente física, passa a maior parte do tempo. Escolhi a bandeira da Etiópia, pois acredito que Olímpia seja descendente dos bravos guerreiros etíopes por sua perseverança e alegria de viver.

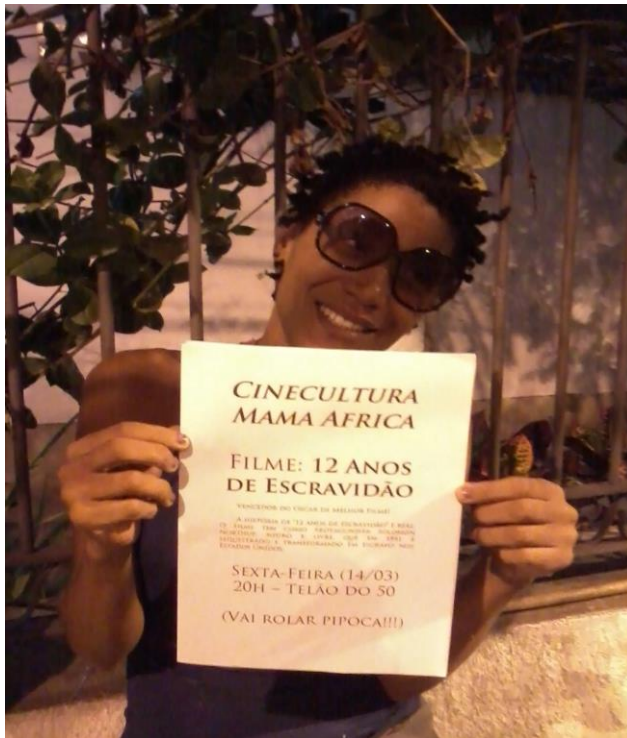
As pinturas das portas foram bastante significativas: desse modo fui convidado a entrar na Mama África, a ter uma relação um pouco mais próxima e mais íntima com a Ocupação e seus moradores. Ao mesmo tempo, às vezes me sentia invasivo, atrapalhando o ir e vir das pessoas nos becos e interferindo no dia a dia de moradores que têm um menor envolvimento com o trabalho e com a Ocupação.

Nesta semana de trabalho, pintamos boa parte da fachada e 5 portas. A fachada foi sendo preenchida com o tempo. A continuação da fachada foi sendo feita

naturalmente, sem nenhuma combinação prévia. Além do mapa e dos desenhos de Fernanda, foram feitos mais 4 stencils – Gandhi, Bob Marley, Sabotage e uma mulher negra – e algumas frases foram escritas. Também pintamos a porta e o interior da salinha que se transformou no Brechó Mama Africa. Apesar de já estar bastante pintada, a fachada ainda encontra-se em aberto e, com o tempo, outras intervenções foram feitas. Neste momento, a fachada já não é mais a mesma – assim como a Ocupação e os moradores. O tempo ausente, as experiências adquiridas, as pessoas que passaram e as que chegaram: as mudanças que acontecem a todo instante, deram novos tons para todos os envolvidos da pesquisa. Para além de todo o ir e vir, sinto que o pouco de cor e afeto atribuídos à Ocupação trouxe resultados espetaculares para a pesquisa e para a minha vida.

A presença de Fernanda facilitou muito meu trabalho. Ela ficou um tempo ausente, pois Caio estudava no Rio. Agora que ele está matriculado em uma escola em Niterói, Fernanda está morando na Mama. As conversas com Fernanda e Dacal tornaram-se cada vez mais frequentes. Com a maior proximidade ao longo dos dias de pintura, me sentia mais a vontade de ir à casa de Fernanda para conversar, pensar em projetos para a Mama Africa e ouvir música.

Além das atividades com pintura, alguns moradores me perguntaram sobre a possibilidade de exibirmos filmes no interior da ocupação, assim iniciou-se o “CineCultura Mama Africa”. A partir de sugestões dos próprios moradores, passamos a exibir filmes que tratam de temáticas próximas à realidade da ocupação. Foram feitas duas exposições, na primeira, foi sugerido algum filme sobre Nelson Mandela e eu propus “Invictus”, filme de Clint Eastwood, que tem como contexto a África do Sul do pós-apartheid, ainda racista, governada por Nelson Mandela, que se utiliza do rúgbi, esporte popular entre a elite branca sul africana, para unir o país. Já o segundo filme, “Doze anos de escravidão”, de Steve McQueen, que conta a história de um escravo liberto, nos Estados Unidos do século XIX, que é sequestrado e escravizado por mais doze anos, foi proposto pelas moradoras. Em ambas as sessões, foram poucos os que ficaram e viram os filmes inteiros; mas a novidade do cinema na Mama Africa, na parede do quintal de suas casas, encantou a todos que passaram pela projeção. Esta atividade era uma demanda antiga da comunidade e um sonho de Fernanda.



A partir da pintura da fachada e das portas, encontro-me do lado de dentro da ocupação, como mais um dos colaboradores da Mama Africa. As pinturas estão tomando o caráter de oficinas para as crianças e a ideia de Fernanda é continuar impregnando a ocupação de imagens, para levar a biblioteca para toda parte da comunidade, transformar as paredes da ocupação em uma escola de pedra, além de incentivar a criatividade e a criticidade dos moradores. Os filmes são momentos de encontro e descontração, além de excelente ferramenta de construção de conhecimento crítico e reflexivo por parte dos participantes das sessões.

6. Considerações finais

Com todo o trabalho etnográfico feito ao longo de quatro anos, pode-se concluir que a distância entre a universidade e a comunidade, principalmente aos trabalhadores populares da cidade, continuará estabelecida e tenderá a aumentar se uma maior abertura da academia para a comunidade não acontecer. A universidade é um espaço em disputa, um campo impregnado de contradições, composto por diferentes atores sociais, com os mais distintos interesses possíveis. Aos interessados na transformação da academia cabe continuar a luta e a militância, junto com as organizações sociais e com os trabalhadores populares.

Hoje, encontro-me escrevendo as últimas linhas da dissertação, enquanto Olímpia deve estar sentada em frente à entrada do 50, pensando no livro sobre sua história de vida que sonha escrever; Fernanda fazendo artesanatos no “Ateliê Mama África”, para arrecadar fundos para melhorias na Ocupação; as crianças jogando bola na calçada, se preparando para a escola... em uma proximidade ideal, Olímpia estaria escrevendo seu livro em algum computador subutilizado dos diversos laboratórios que se encontram na UFF; Fernanda participando de debates sobre economia solidária e dando oficinas de artesanatos com materiais reciclados em encontros universitários— ela tem muito o que nos ensinar; as crianças, utilizando as quadras, campos, piscina da Universidade pública. Como li uma vez em um muro do campus do Gragoatá: “A universidade deve se pintar de povo.”

A universidade vem enquadrando-se cada vez mais nos moldes do mercado capitalista, formando mão-de-obra qualificada para manter o bom funcionamento da engrenagem, adaptada aos tempos modernos. Vivemos uma “industrialização”, na qual hábitos fabris como a produtividade, a competitividade e a busca alienada por resultados são valores transmitidos na vida universitária. Não é de se estranhar, pois muitas empresas capitalistas são grandes investidores em determinadas áreas do conhecimento e esperam um retorno o mais imediato possível. Cabe aos poucos comprometidos com a transformação da academia trazer a produção de conhecimento para a população, trazendo a população para a academia.

Toda a vivência que tive nas ruas de São Domingos e na Ocupação Mama África passou pelo meu caminho acadêmico, as trocas de experiências foram proporcionadas pelo trabalho etnográfico realizado ao longo de minha graduação e

mestrado. Nem eu e nem o campo seriam os mesmos sem o acúmulo teórico obtido ao longo de quase nove anos de formação. A academia tem um forte potencial que deve ser explorado. Deve-se incentivar a criatividade e a criticidade, atentando mais ao processo de formação do sujeito, do que buscar notas e resultados.

O pensamento antropológico, a partir do método etnográfico, propicia a troca de experiências e a construção compartilhada do conhecimento (Freire, 1996) em sua prática. Sem menosprezar os saberes dos interlocutores, somando-os com o arcabouço teórico adquirido ao longo da formação, constrói-se um conhecimento humanizado, voltado para a transformação social, disponível para a comunidade, que divide o protagonismo da produção.

Na elaboração de uma metodologia, o imprevisto, fruto de muito treino e de um acúmulo de técnicas, foi o meio de aproximar pesquisador e personagens, na medida que o imprevisto é uma estratégia comum nas práticas cotidianas dos interlocutores, tanto no início do trabalho etnográfico, com os moradores da Cantareira, quanto com as meninas da Ocupação Mama África. Assim, tivemos que aprender a fazer o “gato” com os fios elétricos da praça para a exibição da projeção, improvisar ferramentas nos mutirões de reformas na Ocupação, o reaproveitamento de tintas velhas nas oficinas de *stencil*, tudo isso foi auxiliando na construção de um método de trabalho, adaptado ao contexto e aos personagens da pesquisa. Senti-me à vontade para passear por autores clássicos da Antropologia, por estudos mais modernos dos campos da Antropologia Urbana e Visual, passando por textos relacionados à intervenção urbana e livros de grafiteiros consagrados, assim como os moradores da Cantareira andam pelas ruas de São Domingos em busca de material reciclável e empregos pontuais. Misturar teorias antropológicas com o saber-fazer do *stencil*, inspirado nas meninas da Ocupação Mama África que readaptam práticas domésticas aprendidas nas instituições às suas estratégias de subsistência. A reapropriação de teorias e práticas, a mescla de estudos clássicos com intervenção urbana foram indispensáveis para a realização de um trabalho voltado para a ação, para a ocupação do espaço acadêmico com os conhecimentos provindos dos interlocutores.

A partir de uma análise historiográfica das reformas urbanas e projetos de cidade implementados em Niterói, pode-se observar que os trabalhadores, suas moradias e seus estilos de vida não são levados em conta; pelo contrário, tais projetos atendem à interesses de alguns poucos privilegiados de mercantilizar a cidade, torná-la mais atraente para os investimentos capitalistas; escondendo tudo que, segundo o ponto de

vista do mercado, não é atrativo. Um processo de higienização urbana vem se intensificando, expulsando as camadas populares de territórios com potenciais econômicos para regiões mais distantes e menos valorizadas da cidade.

O bairro de São Domingos e suas proximidades – Gragoatá e Boa Viagem -, após diferentes momentos ao longo de todo o processo de urbanização de Niterói, vem passando por uma reconfiguração simbólica, a fim de se construir o ideal de um local de entretenimento, cultura e moradia segura para os cidadãos consumidores. Uma diversidade de bares, restaurantes e comércio em geral vem se instalando no bairro; um complexo de obras arquitetônicas e museus encontra-se no território observado, sediados em casarões antigos, que outrora também foram ocupações – como o Museu Janete Costa de Arte Popular; um grande condomínio residencial foi construído nas proximidades da Praça da Cantareira e da Ocupação Mama África, onde residem moradores de classe média alta e alguns estudantes universitários. Em meio a tudo isso estão os moradores das ocupações Mama Africa, do 27, do 70, do Morro do Palácio, do Morro do 94, do 95, da Praça da Cantareira; resistindo a todo esse processo de gentrificação, reafirmando o direito de continuarem ocupando o espaço da maneira que lhes convém.

A Ocupação Sociocultural Mama Africa resiste a partir de sua organização interna, articulações externas com entidades e colaboradores e seu espírito de família e de luta. A estrutura física dos casarões sofreu poucas alterações desde o início do trabalho etnográfico. Foram feitas novas pinturas, algumas restaurações das paredes, mutirões, mas nada que alterasse a vida dos moradores. Os quartos-casa ainda são os mesmos, assim como o banheiro comunitário e a biblioteca, nenhum projeto urbanístico estrutural foi implementado. A extensa disputa jurídica com a prefeitura de Niterói impossibilita a implementação do projeto proposto pelo NEPUH, que por sua vez tem uma relação instável com os moradores da Ocupação – ora de proximidade e empolgação com a “casa própria”, ora de distanciamento e desconfiança. Logo, os rearranjos estruturais criativos realizados a partir da organização interna dos moradores e da ajuda de colaboradores, de acordo com as necessidades e demandas dos personagens, continuarão a acontecer, a fim de tornar a vida mais tranquila e alegre na Ocupação.

A organização se mantém forte, a partir da atuação de Fernanda, Olímpia, Sr. Francisco, André de Paula e todos os outros envolvidos com a Ocupação Mama Africa. A pesquisa pode auxiliar na construção de uma criticidade para a análise dos fenômenos

excludentes que vem acontecendo na cidade de Niterói. Acredito que as oficinas de imagens e os mutirões ultrapassaram o momento e fortaleceram a Ocupação enquanto uma comunidade consciente, ativa, que reivindica seus direitos e luta por seu espaço dentro da cidade de Niterói. O trabalho não tem fim, pois a cidade ideal, arquitetada pelos detentores do poder na lógica capitalista, não enxerga os trabalhadores populares e seus costumes. Logo, temos que trazer para o espaço de visibilidade, com o *graffiti*, com fotografias ou vídeos, os saberes e experiências provindas dos trabalhadores marginalizados, seus costumes e estilos de vida, a fim de democratizar cada vez mais o espaço urbano.

6. Referências

Alves, Heloiza de Cacia Manhães. *A elite local e a modernização urbana de Campos dos Goitacazes: Um projeto político 1930-50*. Tese de Doutorado em Sociologia Política. UENF, 2013.

Azevedo, Marlice Nazareth Soares de. *Interventores e intervenções: projetos urbanos do centro de Niterói na década de 1940*. V Seminário de História da Cidade e do urbanismo – “Cidades: temporalidade em confronto”. V. 5, n. 3. 1998.

Azevedo, Marlice N. S.; **Benedicto**, Danielle B. M.; **Andrade**, Isabel S.; **Júnior**, Silvio L.. *Os aterrados como possibilidade de expansão dos centros urbanos tradicionais: o aterrado Praia Grande em Niterói*. X Encontro Nacional da Anpur. v. 10. 2003

Banksy. *Guerra e sprá*; tradução de Rogério Durts. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

Benjamin, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte, EdUFMG, 2006.

Birman, Patrícia. “Favela é Comunidade?”. *In Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Silva, Luiz Antônio machado da (org.). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008 :99-114.

_____, Fernanda, Adriana e Pierobon, Camila. *Um emaranhado de casos. Tráfico de drogas, Estado e Precariedade em moradias populares*”. *Mana* 20(3) :431-460, 2014.

Brandão, Carlos R. *Participação observante*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

Debord, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Terra Vista, 2003.

De Certeau, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Deleuze, Gilles *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*.

Favret-Saada, J. *Ser afetado* (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

Ferraz, Ana Lúcia M. C. *Morar na Praça Pública: redes e fluxos entre habitantes de rua*, *Revista Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política*. 2(2), 2012.

Galano, Ana. “Fotografando a Moradia Popular no Rio de Janeiro: um projeto experimental”. Série Iniciação Científica, NAVEDOC – Laboratório de Pesquisa Social, UFRJ, nº 6, 1995.

Hikiji, Rose Satiko e Caffé, Carolina. Film as shared ethnography. *Vibrant* 9(2), 2012.

Lefebvre, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 1991.

Magni, Claudia Turra.

Maricato, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, 1995.

Mise, Michel; **Werneck**, Alexandre; **Birman**, Patricia; **Pereira**, Pedro Paulo; **Feltran**, Gabriel; **Malvasi**, Paulo. *Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos*. Entrevista com Veena Das, Revista DILEMAS, Vol. 5 – no 2, 2012.

Okely, Judith. *Anthropology and autobiography. Participatory experience and embodied knowledge*. ASA Monographs 29. Routledge, 1992.

Oliveira, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 1998.

Santos, Nilton Silva dos. *Conflitos e tensões sobre o uso do espaço público na cidade do rio de janeiro: transformações e movimentos contestatórios na zona portuária*. Paper apresentado no XI Congresso Argentino de Antropologia Social. CAAS, 2014.

Simmel, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito (1903)”. *Revista Mana*, vol.11, no. 2, Rio de Janeiro, 2005.

Telles, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte, Argumentum, 2010.

Valladares, Licia. *Os dez mandamentos do trabalho de campo*. Rev. bras. Ci. Soc. vol.22 no.63 São Paulo Feb. 2007

Vilella, Jorge Mattar. *Resenha Corpo e Alma*. Mana, vol. 8, no. 2, Rio de Janeiro. 2002.

Wacquant, Loïc. *Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.

Whyte, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

Websites consultados:

1. <http://ufftube.uff.br/video/36MOBAR5XO3G/5%C2%AA-Pr%C3%A9-Confer%C3%A2ncia-da-Cidade-de-Niter%C3%B3i--Regina-Bienenstein>
2. <http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/um-pedaco-da-africa-em-niteroi>
3. <http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/cidades/na-luta-para-continuar-nos-casaroes-do-inga>
4. <http://www.imagensdopovo.org.br/blogip/>
5. <http://impressodascomunidades.blogspot.com.br/2010/04/ocupacao-mama-africa-luta-por-seu.html>
6. <http://www.noticias.uff.br/noticias/2014/01/projeto-mama-africa.php>